

## 1. Contexto operacional

A Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. (“Companhia” ou “GLAI”) é uma Sociedade por ações constituída em 12 de março de 2004 de acordo com as leis brasileiras. A Companhia tem o controle direto da: (i) VRG Linhas Aéreas S.A. (“VRG”) que explora essencialmente (a) serviços de transporte aéreo regular e não regular de âmbito nacional e internacional de passageiros, cargas ou malas postais, na conformidade das concessões das autoridades competentes; e (b) atividades complementares de serviço de transporte aéreo previstas em seu Estatuto Social; e da (ii) Smiles S.A., que explora essencialmente (a) o desenvolvimento e gerenciamento de programa de fidelização de clientes, próprio ou de terceiros; e (b) a comercialização de direitos de resgate de prêmios no âmbito do programa de fidelização de clientes.

Adicionalmente, a Companhia é a controladora direta das subsidiárias integrais GAC Inc. (“GAC”), Gol Finance Inc. (“Gol Finance”), Gol LuxCo S.A. (“Gol LuxCo”), Gol Dominicana Lineas Aereas SAS (“Gol Dominicana”) e indireta da Webjet Linhas Aéreas S.A. (“Webjet”).

A sede oficial da Companhia está localizada na Pça. Comandante Linneu Gomes, s/n, portaria 3, prédio 24, Jardim Aeroporto, São Paulo, Brasil.

As ações da Companhia são negociadas na BM&FBOVESPA e na Bolsa de Valores de Nova Iorque - *New York Stock Exchange* (“NYSE”). A Companhia adota as Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da BM&FBOVESPA e integra os índices de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (“IGC”) e de Ações com *Tag Along* Diferenciado (“ITAG”), criados para diferenciar as empresas que se comprometem às práticas diferenciadas de governança corporativa.

### 1.1. Plano de negócios de curto prazo

A VRG tem sido afetada significativamente pela desvalorização da moeda brasileira, dado que os custos da Companhia denominados em moeda norte-americana em 2015 totalizaram aproximadamente 50%, enquanto as receitas aproximadamente 10%. Adicionalmente, fatores como a queda do PIB brasileiro (retração econômica), mercado com excesso de oferta e o agravamento da crise econômica que impacta na queda de demanda de clientes corporativos e do governo são fatores que apresentam um cenário adverso à operação da Companhia.

Neste contexto, a Companhia revisitou seu plano de negócio e incorporou estratégias que, uma vez concretizadas, deverão ser suficientes para garantir a continuidade das operações. Dentre as estratégias de curto prazo, destacam-se quatro pilares para a retomada de margem operacional para os períodos de 2016 e 2017, bem como a manutenção da solvência:

- (a) Iniciativas de liquidez: negociação com clientes e fornecedores estratégicos para a manutenção da solvência no curto prazo, dentre as quais destaca-se acordos de postergação de chegadas de aeronaves para os próximos anos, a negociação de compra antecipada de passagens aéreas com a Smiles e a renegociação de vencimento de contratos com fornecedores e antecipações de recebíveis com clientes.
- (b) A Companhia readequará sua malha aérea com o objetivo de focar nas rotas mais rentáveis da operação. A readequação da malha, que já foi aprovada pelos órgãos reguladores, irá ocorrer a partir de maio de 2016.
- (c) Como consequência à readequação da malha, a Companhia também está trabalhando na readequação e redução da quantidade de aeronaves mantidas na operação, o que ocasionará a redução de assentos disponíveis, proporcionando o alinhamento entre a oferta e demanda do mercado doméstico. A previsão da Companhia é de que ao menos 19 aeronaves sejam devolvidas. Estas medidas proporcionarão uma redução substancial de custos para a manutenção da frota atual. Estas medidas visam readequar a estrutura da Companhia a patamares sustentáveis.

- (d) Readequação da estrutura de dívidas e leasing com o objetivo de revisão dos valores referentes aos contratos de arrendamento mercantil que fazem parte da estrutura de dívida da Companhia. Para a execução destas iniciativas foram contratados suporte financeiro e técnico para revisão das cláusulas contratuais e análise de eventuais oportunidades de redução de custo financeiro. Como parte do plano, a Companhia anunciou a contratação dos serviços da empresas Sky Works para revisão dos contratos de arrendamento vigentes.

Destaca-se que, mesmo o plano de negócio apresentando ações que são passíveis de serem concretizadas, as incertezas no cenário político e econômico no Brasil podem impactar na eficácia do retorno esperado. Adicionalmente, a alta volatilidade das variáveis macroeconômicas suscitam incertezas que podem comprometer a geração de resultados futuros e a manutenção da posição de caixa.

A Administração entende que o plano de negócio preparado, apresentado e aprovado pelo Conselho de Administração em 18 de fevereiro de 2016 demonstra fortes elementos para a continuidade da operação. A Administração acredita que seus planos são factíveis e que, uma vez concluídos, devem levar a Companhia a um patamar de robustez necessário para responder com maior eficácia a alta volatilidade das condições e/ou eventos adversos. A Administração entende que a não execução das medidas apresentadas previamente podem comprometer a rentabilidade e solvência da operação e, portanto, reforça o compromisso de executar todas as medidas necessárias para garantir a execução do plano e aplicará os esforços necessários para assegurar o retorno esperado.

## **2. Aprovação e sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras**

A aprovação e autorização para a publicação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 28 de março de 2016.

### **2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e nas normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

A Companhia, ao elaborar estas demonstrações financeiras, utiliza os seguintes critérios de divulgação: (i) requerimentos regulatórios; (ii) relevância e especificidade da informação das operações da Companhia aos usuários; (iii) necessidades informacionais dos usuários das demonstrações financeiras; e (iv) informações provenientes de outras entidades inseridas no mesmo setor, principalmente no mercado internacional. Assim, a Administração confirma que todas as informações relevantes apresentadas nestas demonstrações financeiras e, somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela em sua gestão.

### **2.2. Base de elaboração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo e investimentos mensurados pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram elaboradas com base no pressuposto de sua continuidade

operacional, o qual contempla a realização de ativos e a liquidação de passivos no curso normal dos negócios.

Exceto pela controlada Gol Dominicana, cuja moeda funcional é o Dólar norte-americano, todas as outras entidades no grupo possuem o real como moeda funcional. A moeda de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas é o real.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas é como segue:

a) Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. e suas controladas e coligadas diretas e indiretas, conforme relacionadas abaixo:

Entidade	Data de constituição	Localidade	Principal atividade	Tipo de controle	% de participação no capital social	
					31/12/2015	31/12/2014
Extensões (*):						
GAC	23/03/2006	Ilhas Cayman	Aquisição de aeronaves	Direto	100,0	100,0
Gol Finance	16/03/2006	Ilhas Cayman	Captação de recursos	Direto	100,0	100,0
Gol LuxCo	21/06/2013	Luxemburgo	Captação de recursos	Direto	100,0	100,0
Controladas:						
VRG	09/04/2007	Brasil	Transporte aéreo	Direto	100,0	100,0
Webjet	01/08/2011	Brasil	Transporte aéreo	Indireto	100,0	100,0
Smiles	10/06/2012	Brasil	Programa de fidelidade	Direto	54,1	54,3
Gol Dominicana	28/02/2013	República Dominicana	Em fase pré-operacional	Direto	100,0	100,0
Controlada em conjunto:						
SCP Trip	27/04/2012	Brasil	Revista de bordo	Indireto	60,0	60,0
Coligada:						
Netpoints	08/11/2013	Brasil	Programa de fidelidade	Indireto	21,2	21,2

(\*) São as entidades constituídas com um propósito específico de dar continuidade às operações da Companhia ou que, ainda, apresentam direitos e/ou obrigações constituídas apenas para satisfazer às necessidades da Companhia. Além disso, não apresentam um corpo diretivo próprio e não possuem autonomia na tomada de decisões. Tais entidades apresentam seus ativos e passivos consolidados linha a linha nas demonstrações financeiras da Controladora.

Práticas contábeis uniformes foram aplicadas em todas as entidades consolidadas e de forma consistente com as utilizadas em exercícios anteriores. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as entidades consolidadas são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

b) Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e caixa restrito

São classificados em equivalentes de caixa os fundos de investimento e títulos que tem liquidez imediata e, conforme análise, podem ser convertidos para um valor conhecido de caixa com risco insignificante de mudança de valor. O caixa restrito é composto principalmente por aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado, utilizadas como garantias vinculadas a instrumentos financeiros e financiamentos de curto e longo prazo. As aplicações financeiras incluem fundos de investimentos exclusivos, que são integralmente consolidados.

c) Contas a receber

São mensuradas com base no custo (líquidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa) e se aproximam do valor justo, dado sua natureza de curto prazo. A provisão para devedores duvidosos é constituída para contas vencidas há mais de 90 dias para vendas parceladas por agências de viagem e cargas, e há mais de 180 dias para vendas de companhias aéreas parceiras. Adicionalmente, para determinados casos, a Companhia executa análises individuais para a avaliação do risco de recebimento.

d) Estoques

Constituídos principalmente por peças e materiais para manutenção e reposição. Os custos são determinados pelo método do custeio médio e abrangem os gastos incorridos em sua aquisição e transporte até sua localização atual. As provisões para obsolescência dos estoques são constituídas quando as perdas são consideradas prováveis.

e) Ativos e passivos financeiros

Inicialmente, a Companhia mensura ativos e passivos financeiros a valor justo. A mensuração subsequente de determinado item patrimonial depende da classificação do instrumento, sendo esta determinada no reconhecimento inicial e reavaliada anualmente pelas intenções da Companhia. Dentre os instrumentos consistem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, outras contas a pagar e outras dívidas, além de contratos derivativos.

**Mensurados ao custo amortizado:** com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo, são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável, (quando aplicável) são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. Os principais ativos que a Companhia possui nesta categoria são saldos de contas a receber, depósitos e outros créditos, empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo (que incluem os arrendamentos financeiros) e fornecedores.

**Mensurados ao valor justo por meio do resultado ou mantidos para negociação:** os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras. A Companhia possui investimentos classificados como equivalentes de caixa, aplicações financeiras e caixa restrito nesta categoria.

**Derivativos:** Variações nos preços de combustível de aviação, nas taxas de juros e nas taxas de câmbio expõem a Companhia e suas controladas a riscos que podem afetar seus desempenhos financeiros. Para mitigar tais riscos, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos que podem ou não ser designados para *hedge accounting*, e, se designados, são classificados como *hedge* de fluxo de caixa ou como *hedge* de valor justo.

- Não designados como *hedge accounting*: a Companhia pode contratar instrumentos financeiros derivativos que não sejam designados para *hedge accounting* quando os objetivos da Gestão de Risco não necessitem de tal classificação. As operações não designadas como *hedge accounting* apresentam a variação de seu valor justo contabilizadas diretamente no resultado financeiro.
- Designados como *hedge* de fluxo de caixa: protegem as receitas ou despesas futuras das variações da taxa de juros. A efetividade das variações é estimada com base em métodos estatísticos de correlação e pela proporção entre os ganhos e perdas do *hedge* e a variação dos custos e despesas protegidos. Os instrumentos são considerados efetivos quando a variação no valor dos derivativos compensa entre 80% e 125% do impacto da variação do risco protegido. As variações efetivas do valor justo são contabilizadas no patrimônio líquido (em “Outros resultados abrangentes”) e as variações inefetivas, no resultado do exercício (em “Resultado financeiro”), até o reconhecimento da receita ou despesa objeto do *hedge* na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.
- Designados como *hedge* de valor justo: o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado por meio de informações disponíveis no mercado e conforme metodologias de avaliação. A Companhia segue as práticas internacionais para contabilização de *hedge* de valor justo com contrapartida na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido. Em 2015 não existiram contratos designados como *hedge* de valor justo.

**Desreconhecimento e baixa:** A Companhia baixa um item financeiro apenas quando os direitos ou as obrigações contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse item expiram, ou quando transfere substancialmente todos seus riscos e benefícios para um terceiro. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios juntamente com a propriedade do item financeiro, mas continuar a controlar, ou manter a obrigação com tal objeto, reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores a pagar. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo.

A contabilização do *hedge* é descontinuada prospectivamente quando a Companhia e suas controladas (i) cancelam a relação de proteção; (ii) o instrumento derivativo vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou (iii) quando não se qualifica mais como *hedge accounting*. Caso a operação seja descontinuada, quaisquer ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” e acumulados no patrimônio líquido até aquela data são reconhecidos no resultado quando a transação também for registrada no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado, na mesma rubrica em que tal item é reconhecido.

f) Depósitos

**Depósitos para manutenção de aeronaves e motores:** referem-se a pagamentos em dólar norte-americano aos arrendadores para futura manutenção de aeronaves e motores. A realização desses ativos acontece, substancialmente, na utilização do depósito para o pagamento à oficina quando a manutenção é realizada, ou por meio de recebimentos de recursos financeiros, de acordo com as renegociações efetuadas com seus arrendadores. A variação cambial dos pagamentos, líquido de utilização para manutenção é reconhecida como despesa ou receita no resultado financeiro. A Administração efetua análises regulares da recuperação desses depósitos e acredita que os valores refletidos no balanço são recuperáveis.

Alguns dos contratos preveem que, caso os custos incorridos na manutenção sejam efetivamente menores em relação aos depositados anteriormente, os valores depositados para esta operação não são reembolsáveis. O valor em excesso das manutenções, devido pelo arrendador na data de expiração do contrato, que não considerados significativos, são reconhecidos como despesa adicional de arrendamento.

Adicionalmente, a Companhia mantém acordos com alguns arrendadores para substituir depósitos por cartas de crédito, que podem ser executadas pelos arrendadores caso as manutenções das aeronaves e motores não ocorram de acordo com o cronograma de revisão. Vários contratos de arrendamento de aeronaves não requerem depósitos de manutenção, e contam com cartas de crédito para a garantia da execução da manutenção nos períodos programados. Até 31 de dezembro de 2015, nenhuma carta de crédito havia sido executada contra a Companhia.

**Depósitos de garantia e cauções de contratos de arrendamento:** os depósitos e cauções são denominados em dólar norte-americano e atualizados mensalmente pela variação do câmbio, sem rendimento de juros e são reembolsáveis à Companhia ao término dos contratos de arrendamento.

g) Arrendamentos operacionais e transações de venda e retroarrendamento – *Sale-leaseback*

As parcelas decorrentes de contratos de arrendamento classificados em modalidade operacional são registradas como despesa no resultado de forma linear durante o prazo do contrato e apresentados na rubrica de “arrendamento de aeronaves”. Os pagamentos futuros de tais contratos não representam uma obrigação registrada no balanço, entretanto, os compromissos assumidos são apresentados na nota explicativa nº28.

Os ganhos ou perdas decorrentes de transações de *sale-leaseback* da Companhia classificados após a venda como arrendamento operacional são reconhecidos da seguinte forma:

- Imediatamente no resultado do exercício quando a transação foi mensurada ao valor justo;
- Caso o preço de transação for estabelecido abaixo do valor justo, o lucro ou perda é reconhecido imediatamente no resultado, exceto se a perda for compensada por pagamentos futuros de arrendamento abaixo do valor de mercado (os ganhos ou perdas são diferidos e amortizados na proporção dos pagamentos do arrendamento durante o exercício que se espera que o ativo seja utilizado);
- Caso o preço de venda seja superior ao valor justo do bem, o valor excedente é diferido e amortizado durante o exercício esperado que o ativo seja utilizado. A amortização destes ganhos é registrada como uma redução das despesas com arrendamentos.

O saldo de perdas diferidas é reconhecido como despesa antecipada, enquanto o saldo de ganhos diferidos é reconhecido como outras obrigações. A segregação entre curto e longo prazo está de acordo com o período contratual do arrendamento que originou tal transação.

h) Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado, incluindo os componentes *rotables*, são registrados pelo custo de aquisição ou construção e incluem juros e demais encargos financeiros. Cada componente do imobilizado que possui um custo significativo em relação ao total do bem é depreciado separadamente. A vida útil econômica estimada dos itens do imobilizado, para fins de depreciação, está demonstrada na nota explicativa nº15.

O valor de mercado estimado ao final de sua vida útil é a premissa para determinação do valor residual dos itens imobilizados da Companhia. Com exceção de aeronaves classificadas como arrendamento financeiro, os outros itens não possuem valor residual. O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados anualmente e ajustados de forma prospectiva, caso necessário.

O valor contábil do imobilizado é analisado para verificar possível perda no valor recuperável quando fatos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil é maior que o valor recuperável estimado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item são determinados pela diferença entre o valor recebido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Adicionalmente, a Companhia adota o seguinte tratamento para os grupos abaixo:

**Adiantamentos para aquisição de aeronaves:** referem-se a pré-pagamentos em dólar norte-americano efetuados junto a Boeing para aquisição de aeronaves 737-800 *Next Generation* e aeronaves 737-MAX. Os adiantamentos são convertidos pela taxa histórica.

**Contratos de arrendamento:** em casos de contrato de arrendamento financeiro, nos quais os riscos e benefícios do ativo arrendado são transferidos à Companhia, o ativo é reconhecido no balanço patrimonial. No início do prazo do arrendamento, a Companhia reconhece os arrendamentos financeiros como ativo e passivo pelos valores equivalentes ao valor justo do bem arrendado ou, se menor, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O passivo, reconhecido inicialmente, é mantido como financiamento.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os demais arrendamentos de aeronaves e motores são classificados sob a modalidade operacional e são reconhecidos como uma despesa no resultado de forma linear durante o prazo do contrato.

**Gastos com reconfiguração de aeronaves:** A Companhia realiza adições relacionadas às provisões para reconfiguração de aeronaves, estimando os custos inerentes às devoluções, considerando as condições contratuais das aeronaves sob arrendamento operacional, conforme nota explicativa nº15. Após o registro inicial, o ativo é depreciado linearmente pelo prazo contratual.

**Capitalização de gastos com grandes manutenções de motores:** os gastos com grandes manutenções (que incluem substituições de peças e mão de obra) são capitalizados somente quando há o prolongamento da vida útil estimada do motor. Tais custos são capitalizados e depreciados até a próxima parada para grande manutenção. Gastos incorridos que não prolonguem a vida útil dos motores, ou relacionados a outros componentes das aeronaves, são reconhecidos diretamente no

resultado.

i) Intangíveis

São ativos não monetários sem propriedade física, cujo valor contábil é revisado anualmente quanto a seu valor recuperável ou, ainda, quando fortes evidências de alterações nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil possa não ser recuperado.

**Ágio por expectativa de rentabilidade futura:** O valor do ágio é testado anualmente através da comparação do valor contábil com o valor justo recuperável da unidade geradora de caixa (VRG e Smiles). A Administração realiza julgamentos e premissas para avaliar o impacto das mudanças macroeconômicas e operacionais, a fim de estimar os fluxos de caixa futuros e mensurar o valor recuperável dos ativos.

**Direitos de operações em aeroportos:** foram adquiridos na compra da VRG e da Webjet e reconhecidos a valor justo na data da aquisição e não são amortizados. A vida útil estimada destes direitos foi considerada indefinida devido a diversos fatores e considerações, incluindo requerimentos e autorizações de permissão para operar no Brasil e limitada disponibilidade de direitos de usos nos mais importantes aeroportos em termo de volume de tráfego aéreo. O valor contábil desses direitos é avaliado anualmente, em conjunto à unidade geradora de caixa VRG (malha aérea) quanto a seu valor recuperável ou em casos de mudanças nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. Nenhuma perda de valor recuperável foi registrada até a presente data.

**Software:** os custos de aquisição ou desenvolvimento de *software* de computadores que possam ser separados de um item de *hardware* são capitalizados separadamente e amortizados em base linear pelo período do contrato.

j) Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

**Impostos correntes:** a provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O cálculo obedece às premissas estabelecidas pela legislação fiscal vigente.



**Impostos diferidos:** são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser realizado.

Imposto diferido relacionado a itens registrados diretamente no Patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Os créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são registrados com base na expectativa fundamentada de geração de lucros tributáveis futuros da controladora e de suas controladas, observadas as limitações legais.

As projeções de lucros tributáveis futuros sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são preparadas com base nos planos de negócio e são revisadas anualmente e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

k) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um acontecimento passado, sendo provável a saída de recursos para liquidá-la.

**Provisão para devolução de aeronaves:** aeronaves com contrato de arrendamento operacional possuem obrigação contratual de devolver o equipamento em capacidade operacional pré-definida. Nestes casos, a Companhia provisiona os custos de devolução, uma vez que se tratam de obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e que irão gerar desembolsos futuros, cuja mensuração é feita com razoável segurança. Estes gastos referem-se basicamente a gastos relacionados com reconfiguração de aeronave (interior e exterior), obtenção de licenças e certificações técnicas, pintura, etc., conforme cláusulas contratuais de devolução. O custo estimado é registrado inicialmente a valor presente e a contrapartida da provisão para devolução de aeronaves é feita na rubrica de “reconfigurações/benfeitorias de aeronaves” do ativo imobilizado (vide nota explicativa nº15). Após o registro inicial, o passivo é atualizado de acordo com a taxa desconto com contrapartida registrada no resultado financeiro. Eventuais alterações na estimativa de gastos a incorrer são registradas de forma prospectiva.

**Provisão para devolução de motores:** são estimadas com base nas condições mínimas contratuais em que o equipamento deve ser devolvido para o arrendador, observando os custos históricos incorridos e as condições do equipamento no momento da avaliação. Estas provisões são registradas no resultado do exercício a partir do momento em que os requisitos contratuais são atingidos e a próxima manutenção está prevista para uma data posterior à data prevista para devolução do motor. A Companhia estima a provisão para devolução do motor de acordo com o gasto que deverá incorrer, e, quando o valor pode ser confiavelmente estimado. O valor de uma provisão será o valor presente dos gastos que se espera ser exigido para liquidar a obrigação. O prazo será baseado na data que se espera a devolução da aeronave arrendada, ou seja, o prazo de vigência do contrato de arrendamento.

**Provisão para processos judiciais:** As provisões são constituídas e reavaliadas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis de acordo com a avaliação individual de cada

processo, considerando o desembolso financeiro estimado. Se a Companhia tem a expectativa de que parte ou toda provisão possa ser certamente reembolsada, o reembolso é reconhecido como um ativo separado. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada no resultado do exercício, líquida de qualquer reembolso.

l) Reconhecimento de receita

A receita de passageiros é reconhecida quando o transporte aéreo é efetivamente prestado. Os bilhetes vendidos, mas ainda não utilizados são registrados como transportes a executar, representando uma receita diferida de bilhetes vendidos a serem transportados em data futura, líquida dos bilhetes que expirarão de acordo com a expectativa da Companhia (*breakage*). O *breakage* consiste no cálculo estatístico, com base histórica, de bilhetes que expiram sem utilização, ou seja, passageiros que adquiriram bilhetes e que possuem grande probabilidade de não utilizá-los. Periodicamente a Companhia registra uma atualização dos saldos do *breakage* com objetivo de refletir o comportamento dos bilhetes expirados.

Sob a perspectiva do consolidado o ciclo de reconhecimento de receitas com relação à troca de milhas do programa de milhagem por passagens aéreas apenas se completa quando os passageiros são efetivamente transportados.

Receitas originadas de embarque de cargas são reconhecidas quando o transporte é fornecido. Outras receitas que incluem serviços fretados, serviços de venda a bordo, tarifas de troca de bilhete e outros serviços adicionais são reconhecidos quando o serviço é realizado.

m) Receita diferida e receita da milhas

O “Programa Smiles” tem o objetivo de fidelizar seus clientes por meio da concessão de créditos de milhas aos participantes. A obrigação gerada pela emissão de milhas é mensurada com base no preço pelo qual as milhas foram vendidas aos parceiros aéreos e não aéreos da Smiles, considerados como o valor justo da transação. O reconhecimento da receita no resultado do exercício ocorre no momento do resgate das milhas pelos participantes do Programa Smiles para a troca de prêmios com seus parceiros.

n) Remuneração baseada em ações

**Opções de compra de ações:** o valor justo das opções de compra de ações concedidas aos executivos é estimado na data da concessão utilizando o modelo de precificação *Black-Scholes* e a despesa é reconhecida no resultado do exercício durante o prazo que o direito é adquirido (período de *vesting*), com base em estimativas de quais ações concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio líquido.

**Ações restritas:** a transferência das ações restritas aos beneficiários se realiza ao término de 3 anos da data de concessão, na condição de que o beneficiário tenha mantido seu vínculo empregatício durante esse período. Tal transferência se dá através de ações mantidas em tesouraria, cujo valor por ação é determinado pela cotação de mercado na data da transferência ao beneficiário. Ganhos relativos às diferenças do valor justo da ação na data da concessão e o valor na data da transferência das ações restritas são contabilizados no patrimônio líquido na rubrica de “Ágio na conferência de ações”.

O impacto de eventual revisão das quantidades de opções ou ações restritas que serão adquiridas em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido.

o) Informações por segmento

A Companhia possui dois segmentos operacionais:

**Segmento de transporte aéreo:** as operações deste têm origem em sua controlada VRG, pela prestação de serviços de transporte aéreo e os principais ativos geradores de receitas são suas aeronaves. As outras receitas são originadas principalmente das operações de cargas, de excessos de bagagem e de multas por cancelamento de tarifas, sendo que todos os itens estão diretamente relacionados a serviços de transporte aéreo.

**Segmento de programa de fidelidade:** as operações deste segmento são representadas pelas transações de venda de milhas a parceiros aéreos e não aéreos. Neste contexto, estão o gerenciamento do programa, a comercialização e direitos de resgates de prêmios e a criação e gerenciamento de banco de dados de pessoas físicas e jurídicas. O principal ativo gerador de caixa é sua carteira de participantes do programa.

p) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registradas à taxa de câmbio vigente da data em que as operações ocorrem. Ativos monetários e passivos designados em moeda estrangeira são apurados com base na taxa de câmbio da data do balanço, e qualquer diferença resultante da conversão de moedas é registrada na rubrica de “Variação cambial, líquida” na demonstração de resultado do exercício.

q) Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Tem a finalidade de evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício, e é apresentada pela Companhia conforme requerido pela legislação societária brasileira como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas nos registros contábeis seguindo as disposições contidas no CPC 09 – “Demonstração valor adicionado”.

r) Principais estimativas contábeis e premissas utilizadas

O processo de elaboração destas demonstrações financeiras requer, muitas vezes, que a Administração adote premissas, julgamentos e estimativas que podem afetar a aplicação de políticas e montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir das estimativas realizadas, uma vez que abrangem experiências históricas e diversos fatores que se supõem adequados em função das circunstâncias. As revisões de estimativas contábeis são reconhecidas no mesmo exercício em que as premissas são revistas em uma base prospectiva.

As estimativas e premissas que possuem riscos significativos de ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos estão discutidas abaixo:

**Recuperabilidade de ativos financeiros:** a Companhia avalia se existe algum indicador para perda do valor recuperável de todos seus ativos financeiros a cada data de balanço, ou quando existirem indícios de que os valores contábeis possam não ser recuperados. Quaisquer dificuldades e/ou restrições para a utilização de ativos financeiros pertencentes à Companhia são indicativos para o teste de recuperabilidade.

**Recuperabilidade de ativos não financeiros:** ao fim de cada exercício, a Companhia analisa se há indicativos de não recuperabilidade para os ativos não financeiros, principalmente imobilizados e intangíveis. Os valores recuperáveis são determinados pelo cálculo de seu valor em uso com base em um período de cinco anos, utilizando premissas de fluxo de caixa descontado. Quaisquer

reconsiderações abaixo no valor contábil do ativo devem ser reconhecidas como perda por não recuperabilidade e reconhecidos no resultado do exercício em que ocorreram. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº16.

**Imposto de renda:** a Companhia acredita que as posições fiscais assumidas são razoáveis, mas reconhece que as autoridades podem questionar suas posições assumidas, o que pode resultar em passivos adicionais de impostos e juros. A Companhia constitui provisões que envolvem considerável julgamento da Administração, que são revistas e ajustadas para as alterações de circunstâncias, como a expiração do prazo prescricional aplicável, as conclusões de autoridades fiscais, exposições adicionais baseadas em identificação de novas questões judiciais ou decisões que afetam uma determinada questão fiscal. Os resultados reais poderão diferir das estimativas.

**Breakage:** como parte do processo de reconhecimento de receita, as passagens emitidas que não serão utilizadas e as milhas emitidas que não serão resgatadas são estimadas e reconhecidas como receita durante o prazo de vencimento do direito a uso do cliente. Essas estimativas, referidas como *breakage*, são revisadas anualmente e são baseadas em dados históricos de passagens vencidas e milhas expiradas.

**Provisão para crédito de liquidação duvidosa:** é constituída em montante considerado suficiente para fazer face à eventuais perdas na realização de títulos a receber. A Companhia avalia periodicamente sua carteira de recebíveis e, com base em dados históricos combinados com análises de risco por cliente, realiza o registro da provisão de títulos com baixa expectativa de realização.

**Provisão para processos judiciais:** a constituição da provisão inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos internos e externos da Companhia, a natureza dos processos e experiências passadas. Adicionalmente, as provisões são revisadas periodicamente e Administração acredita que os registros realizados são condizentes com a probabilidade de perda de tais processos. Entretanto, alterações significativas em decisões judiciais podem gerar impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

**Provisão para devolução de aeronaves:** a Companhia constitui provisão para devolução de aeronaves considerando os custos a incorrer quando da sua devolução, e condições contratuais, com contrapartida no imobilizado.

**Provisão para devolução de motores:** são calculadas com base na estimativa correspondente à obrigação contratual para a devolução de cada motor e registradas no resultado do exercício somente no intervalo entre a última manutenção e a data de devolução dos componentes.

**Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

### 2.3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

- a) Emitidas pelo IASB, não estavam em vigor até a data de emissão destas demonstrações financeiras e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia

**IFRS 9 Instrumentos financeiros:** Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da “IFRS 9 – Instrumentos Financeiros”, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a “IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração” e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de versões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) é permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros da Companhia.

**IFRS 15 Receitas de contratos com clientes:** Estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2017, sendo permitida adoção antecipada.

**IFRS 16 Arrendamentos:** Em janeiro de 2016, o IASB emitiu a versão final do “IFRS 16 – Leases”, que determina os princípios para reconhecimento, mensuração e divulgação de operações de arrendamento. A IFRS 16 estará em vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. Internacionalmente, a adoção inicial é permitida para as entidades em que o IFRS 15 – Receitas de contratos com clientes na data de aplicação do IFRS 16 ou em data anterior, mas essa permissão ainda não está definida no Brasil. O IFRS 16 determina que, para grande parte dos arrendamentos, o arrendador passe a registrar um ativo referente ao direito de uso do ativo identificado, bem como o passivo relacionado ao arrendamento. A Companhia está analisando os impactos dessa nova norma em suas demonstrações financeiras e, devido à proporção atual de arrendamento mercantil classificados como operacional, considera que as mudanças advindas da adoção da norma serão relevantes e com o potencial de aumento em ativos e passivos na data de adoção.

Novas normas, alterações e interpretações foram emitidas pelo IASB e que poderiam ser aplicáveis:

Melhorias anuais Ciclo 2010-2012 - Aplicável para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014:

**Alterações a IAS 16 e a IAS 38 Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização:** As alterações estão vigentes prospectivamente para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data.

**Alterações à IAS 27 Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas:** As alterações estão vigentes prospectivamente para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data.

Melhorias anuais Ciclo 2012-2014 - Aplicável para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2016:

**IFRS 7 Instrumentos financeiros – divulgação:** (i) estabelece que um contrato de serviço que inclua uma taxa pode constituir envolvimento contínuo em um ativo financeiro e, (ii) aplicabilidade das alterações não IFRS 7 para demonstrações financeiras intermediárias condensadas. Essa alteração deve ser aplicada retrospectivamente.

**IAS 34 Elaboração e divulgação das demonstrações financeiras intermediárias:** Essa alteração deve ser aplicada retrospectivamente.

**Alterações na IAS 1 Iniciativa de Divulgação:** As alterações estão vigentes prospectivamente para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016, sendo permitida a adoção antecipada.

A Companhia pretende adotar tais normas quando estas entrarem em vigor divulgando e reconhecendo os impactos nas demonstrações financeiras que possam ocorrer quando da aplicação de tais adoções.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Caixa e depósitos bancários	369.924	32.995	629.638	507.248
Equivalentes de caixa	17.399	426.369	442.694	1.391.525
	387.323	459.364	1.072.332	1.898.773

A composição do saldo de equivalentes de caixa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Títulos privados	17.018	426.369	207.997	1.130.462
Fundos de investimento	381	-	234.697	261.063
	17.399	426.369	442.694	1.391.525

Em 31 de dezembro de 2015, os títulos privados são compostos por Certificados de Depósito Bancário - “CDBs” e operações compromissadas remuneradas a taxas pós-fixadas que variam entre 75% e 103% (85% a 102% em 31 de dezembro de 2014) do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) nas aplicações em instituições financeiras domiciliadas no país.

Os fundos de investimento classificados como equivalentes de caixa possuem liquidez imediata, e, segundo a análise da Companhia, podem ser convertidos para um valor conhecido de caixa a um risco insignificante de mudança de valor.

**Caixa e depósitos bancários na Venezuela:** em virtude do agravamento no cenário político e econômico na Venezuela durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia reavaliou a expectativa de repatriação dos saldos mantidos em caixa e depósitos bancários na sucursal venezuelana de BS 728.297 e concluiu que existe baixa expectativa de repatriação às taxas de câmbio originalmente estipuladas pelo CADIVI (BS6,30) e SICADI (BS11,50). Dessa forma, a Companhia reconheceu perdas estimadas com base na taxa de câmbio prevalecente no mercado (SIMADI) de BS 200 por dólar norte-americano. Como resultado desta desvalorização, o saldo de caixa e depósitos bancários mantido na Venezuela em 31 de dezembro de 2015 era de R\$14.312 (R\$325.831 em 31 de dezembro de 2014).

#### 4. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Títulos privados	<b>195.293</b>	55.849	<b>196.283</b>	74.127
Títulos públicos	-	-	<b>11.211</b>	66.030
Fundos de investimento	-	642	<b>284.226</b>	156.667
	<b>195.293</b>	56.491	<b>491.720</b>	296.824

Em 31 de dezembro de 2015, os títulos privados são compostos substancialmente por debêntures e letras financeiras de bancos de primeira linha, remunerados à taxa média ponderada de 110% (102% em 31 de dezembro de 2014) da taxa CDI nas aplicações financeiras em instituições domiciliadas no país.

Os títulos públicos estão representados basicamente por LFT e NTN, com rentabilidade média de 98% (101% em 31 de dezembro de 2014) do CDI.

Os fundos de investimento são compostos por títulos públicos e privados remunerados à taxa média ponderada de 83% (102% em 31 de dezembro de 2014) do CDI.

## 5. Caixa restrito

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Depósito de margem de operações de <i>hedge</i> (a)	-	-	101.075	82.025
Depósitos em garantia de carta fiança (b)	3.134	-	359.604	42.040
Depósito em garantia (c)	30.577	21.579	63.978	70.820
Depósito em garantia - Arrendamentos (d)	-	-	158.835	72.672
Depósito em garantia - Debêntures (e)	-	-	-	58.303
Depósito em garantia - Citibank (f)	48.810	-	48.810	-
Outros depósitos vinculados	262	442	3.102	5.690
	<b>82.783</b>	<b>22.021</b>	<b>735.404</b>	<b>331.550</b>
Circulante	<b>59.324</b>	<b>7</b>	<b>59.324</b>	<b>58.310</b>
Não circulante	<b>23.459</b>	<b>22.014</b>	<b>676.080</b>	<b>273.240</b>

(a) Denominado em dólar norte-americano, remunerado à taxa libor (remuneração média de 0,5% a.a.).

(b) Do saldo total, R\$116.035 está vinculado a contratos de empréstimos da VRG de capital de giro, R\$104.155 referente a fianças judiciais/trabalhistas, R\$63.334 está vinculado ao empréstimo junto ao banco Safra pertencente à controlada Webjet e R\$41.250 está vinculado a contratos Finimp (Vide nota explicativa nº17).

(c) O valor de R\$20.062 (controladora e consolidado) refere-se à garantia contratual para o processo junto ao STJ sobre a incidência de PIS e COFINS sobre JSCP pagos à GLAI conforme nota explicativa nº22b. Os demais valores referem-se a garantias de cartas de créditos da controlada VRG.

(d) Saldo referente à carta de crédito em garantia de arrendamentos operacionais de aeronaves da controlada VRG.

(e) Saldo referente à garantia contratual das debêntures emitidas pela controlada Smiles integralmente resgatada em 06 de julho de 2015. Para maiores informações vide nota nº17.

(f) Depósito em garantia adicional junto a Delta Air Lines, vinculado a emissão de crédito com garantia fidejussória conforme nota explicativa nº17.

## 6. Contas a receber

	Consolidado	
	2015	2014
<b>Moeda nacional</b>		
Administradoras de cartões de crédito	115.236	72.116
Agências de viagens	248.644	176.244
Vendas parceladas (a)	-	43.730
Agências de cargas	31.916	35.536
Companhias aéreas parceiras	21.812	29.044
Outros (b)	52.651	67.228
	<b>470.259</b>	<b>423.898</b>
<b>Moeda estrangeira</b>		
Administradoras de cartões de crédito	32.725	18.502
Agências de viagens	9.704	10.151
Agências de cargas	321	89
	<b>42.750</b>	<b>28.742</b>
	<b>513.009</b>	<b>452.640</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	<b>(50.389)</b>	<b>(83.837)</b>
	<b>462.620</b>	<b>368.803</b>
Circulante	<b>462.620</b>	<b>352.284</b>
Não circulante	<b>-</b>	<b>16.519</b>

(a) Saldo referente às vendas parceladas Voe Fácil vencidos há mais de 360 dias e integralmente provisionados. Em 30 de abril de 2015 este montante foi integralmente baixado.

(b) Do saldo total, R\$29.286 é relativo ao incentivo adicional referente ao contrato de parceria estratégica firmado junto a Air France-KLM, com vencimento em junho de 2016. Para maiores detalhes acerca deste contrato, vide nota explicativa nº11.6.



A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Consolidado	
	2015	2014
A vencer	420.194	278.311
Vencidas até 30 dias	14.253	14.480
Vencidas de 31 a 60 dias	7.500	6.748
Vencidas de 61 a 90 dias	3.376	3.606
Vencidas de 91 a 180 dias	10.071	10.775
Vencidas de 181 a 360 dias	21.199	34.434
Vencidas acima de 360 dias	36.416	104.286
	<b>513.009</b>	<b>452.640</b>

O período médio de recebimento nas vendas parceladas através de administradoras de cartões de crédito, agências de viagens e cargas é de 4 meses e são cobrados juros mensais de 8,99% sobre o saldo a receber, contabilizados no resultado financeiro. O período médio de recebimento das demais contas a receber é de 128 dias em 31 de dezembro de 2015 (127 dias em 31 de dezembro de 2014).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Consolidado	
	2015	2014
Saldo no início do exercício	(83.837)	(85.101)
Adições	(39.287)	(17.143)
Baixas de montantes incobráveis	57.514	9.624
Recuperações	15.221	8.783
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>(50.389)</b>	<b>(83.837)</b>

## 7. Estoques

	Consolidado	
	2015	2014
Materiais de consumo	28.677	26.020
Peças e materiais de manutenção	176.804	117.748
Adiantamentos a fornecedores	-	322
Outros	6.199	7.450
Provisão para obsolescência	(12.444)	(12.858)
	<b>199.236</b>	<b>138.682</b>

A movimentação da provisão para obsolescência de estoque é conforme segue:

	Consolidado	
	2015	2014
Saldos no início do exercício	(12.858)	(12.227)
Adições	(2.273)	(3.968)
Baixas e reversões	2.687	3.337
<b>Saldos no final do exercício</b>	<b>(12.444)</b>	<b>(12.858)</b>

## 8. Impostos diferidos e a recuperar

### 8.1. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
ICMS (*)	-	-	1.252	39.321
Antecipações e IRPJ e CSLL a recuperar	23.097	25.206	78.775	64.750
IRRF	166	3.336	6.803	14.594
PIS e COFINS	-	-	17.465	2.472
Retenção de impostos de órgãos públicos	-	-	14.378	16.845
Imposto de valor agregado recuperável - IVA	-	-	11.252	12.280
Outros	-	1.139	1.534	1.317
<b>Total</b>	<b>23.263</b>	<b>29.681</b>	<b>131.459</b>	<b>151.579</b>
Circulante	5.980	10.289	58.074	81.245
Não circulante	17.283	19.392	73.385	70.334

(\*) A Companhia avaliou a expectativa de utilização dos créditos de ICMS e, como resultado, registrou uma baixa de R\$39.844 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Tal desvalorização ocorreu em função da geração de créditos pelo consumo de combustível ser superior aos créditos consumidos na operação de cargas.

### 8.2. Impostos diferidos ativos (passivos) - longo prazo

	GLAI		VRG		Smiles		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Prejuízos fiscais	5.122	47.381	-	283.543	-	-	5.122	330.924
Base negativa de contribuição social	1.844	17.057	-	102.075	-	-	1.844	119.132
<b>Diferenças temporárias:</b>								
Programa de milhagem	-	-	5.422	46.853	-	-	5.422	46.853
Provisão para crédito de liquidação duvidosa e outros créditos	-	-	13.817	95.874	163	729	13.980	96.603
Provisão para perda na aquisição da VRG	-	-	143.350	143.350	-	-	143.350	143.350
Provisão para processos judiciais e obrigações fiscais	986	867	11.076	41.827	456	158	12.518	42.852
Devolução de aeronaves	-	-	39.731	102.524	-	-	39.731	102.524
Derivativos classificados em outros resultados abrangentes	-	-	92.180	71.458	-	-	92.180	71.458
Operações com derivativos não liquidadas	-	-	(4.454)	16.620	-	-	(4.454)	16.620
Benefício fiscal pela incorporação do ágio (a)	-	-	-	-	43.765	58.353	43.765	58.353
Direitos de voo	-	-	(353.226)	(353.226)	-	-	(353.226)	(353.226)
Depreciação de motores e peças de manutenção de aeronaves	-	-	(167.577)	(164.391)	-	-	(167.577)	(164.391)
Estorno da amortização do ágio na aquisição da VRG	-	-	(127.659)	(127.659)	-	-	(127.659)	(127.659)
Operações de leasing de aeronaves	-	-	75.051	73.412	-	-	75.051	73.412
Outros (b)	-	-	26.934	6.391	29.039	9.454	82.386	30.170
<b>Total do imposto de renda e contribuição social diferidos - Não circulante</b>	<b>7.952</b>	<b>65.305</b>	<b>(245.355)</b>	<b>338.651</b>	<b>73.423</b>	<b>68.694</b>	<b>(137.567)</b>	<b>486.975</b>

- a) Refere-se ao benefício fiscal originado através do ágio decorrente da incorporação reversa da G.A. Smiles Participações S.A. pela controlada Smiles. Sob os termos da legislação fiscal vigente, o ágio gerado na operação será uma despesa dedutível na apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social.
- b) A parcela dos impostos sobre o lucro não realizado proveniente das transações entre VRG e Smiles no valor de R\$26.413 está registrado diretamente no "Consolidado" (R\$14.325 em 31 de dezembro de 2014).

A Companhia e suas controladas direta VRG e indireta Webjet possuem prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social na apuração do lucro tributável, a compensar com 30% dos lucros tributários anuais, sem prazo para prescrição, nos seguintes montantes:

	Controladora (GLAI)		Controlada direta (VRG)		Controlada indireta (Webjet)	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Prejuízo fiscal	<b>175.583</b>	189.522	<b>3.202.891</b>	2.801.620	<b>870.646</b>	818.159
Base negativa de contribuição social	<b>175.583</b>	189.522	<b>3.202.891</b>	2.801.620	<b>870.646</b>	818.159

Em 31 de dezembro de 2015, os créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social foram registrados com base na expectativa fundamentada de geração de lucros tributáveis futuros da controladora e de suas controladas, observadas as limitações legais. As projeções de lucros tributáveis futuros sobre prejuízos fiscais e base fiscal negativa de contribuição social foram preparadas com base no plano de negócio e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 18 de fevereiro de 2016.

A Administração considera que os ativos e passivos diferidos registrados em 31 de dezembro de 2015 decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da realização de suas bases e da expectativa de resultados futuros.

A análise de realização dos créditos tributários diferidos foi realizada por empresa, conforme segue:

**GLAI:** possui o montante total de créditos fiscais de R\$60.683, sendo R\$59.698 referente a prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e R\$985 referente a diferenças temporárias, com realização suportada pelo plano de longo prazo da Companhia. Entretanto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia avaliou as projeções de resultados futuros e, como resultado, deixou de reconhecer o montante de R\$52.731 referente a créditos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

**VRG:** possui créditos fiscais sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$1.088.983. Entretanto, face aos recentes acontecimentos no cenário político, instabilidade do cenário econômico, constantes oscilações do dólar e demais variáveis que afetam significativamente as projeções de resultados futuros, bem como ao histórico de prejuízos nos últimos exercícios, a Companhia limitou o registro dos créditos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, resultando em uma baixa de R\$385.618. Adicionalmente, a Companhia analisou a realização das diferenças temporárias ativas e limitou seu registro com base na expectativa de realização das diferenças temporárias passivas. Como resultado, a Companhia deixou de reconhecer o montante líquido de R\$732.439 de imposto de renda e contribuição social diferido sobre diferenças temporárias.

Excepcionalmente, os créditos fiscais diferidos sobre registros em “Outros Resultados Abrangentes” que afetarão os resultados tributáveis somente no momento de sua realização continuam sendo registrados integralmente em contrapartida ao Patrimônio líquido.

**Smiles:** não apresenta saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Dessa forma, o crédito fiscal diferido é composto somente por diferenças temporárias que, de acordo com o histórico de resultados tributáveis e projeções futuras, possui expectativa de realização.

**Webjet:** as projeções não apresentaram lucros tributáveis suficientes para serem realizados em períodos futuros e, como resultado, a Webjet deixou de registrar o benefício fiscal no montante de R\$296.020.

A conciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	<b>(4.389.763)</b>	(1.263.607)	<b>(3.447.100)</b>	(952.680)
Alíquota fiscal combinada	<b>34%</b>	34%	<b>34%</b>	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	<b>1.492.519</b>	429.626	<b>1.172.014</b>	323.911
<b>Ajustes para o cálculo da alíquota efetiva:</b>				
Equivalência patrimonial	<b>(1.129.399)</b>	(310.631)	<b>(1.340)</b>	(846)
Resultado das subsidiárias integrais	<b>(81.841)</b>	(55.624)	<b>(83.702)</b>	(56.882)
Imposto de renda sobre diferenças permanentes e outros	<b>59</b>	(68)	<b>1.920</b>	(8.716)
Receitas não tributáveis (despesas não dedutíveis), líquidos	<b>(1.691)</b>	(7.413)	<b>(111.828)</b>	(164.330)
Juros sobre o capital próprio	<b>(5.505)</b>	(5.954)	<b>4.673</b>	11.848
Variação cambial sobre investimentos no exterior	<b>(292.530)</b>	(59.020)	<b>(502.938)</b>	(75.224)
Benefício não constituído sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias	<b>(52.732)</b>	16.924	<b>(1.322.939)</b>	(216.884)
Utilização de créditos fiscais para liquidação de débitos do Refis	-	9.598	-	22.522
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<b>(71.120)</b>	17.438	<b>(844.140)</b>	(164.601)
Imposto de renda e contribuição social corrente	<b>(11.031)</b>	74	<b>(196.140)</b>	(120.784)
Imposto de renda e contribuição social diferido	<b>(60.089)</b>	17.364	<b>(648.000)</b>	(43.817)
	<b>(71.120)</b>	17.438	<b>(844.140)</b>	(164.601)
Taxa efetiva	-	-	-	-

## 9. Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Perdas diferidas de transação de <i>sale-leaseback</i> de aeronaves (*)	-	-	<b>18.246</b>	26.525
Pré-pagamentos de seguros	<b>203</b>	532	<b>26.453</b>	21.408
Pré-pagamentos de comissões	-	-	<b>21.766</b>	16.204
Outros	-	-	<b>30.821</b>	53.666
	<b>203</b>	532	<b>97.286</b>	117.803
Circulante	<b>203</b>	532	<b>87.211</b>	99.556
Não circulante	-	-	<b>10.075</b>	18.247

(\*) Saldo referente a 11 aeronaves 737-800 *Next Generation* de transações de *sale-leaseback* realizadas de 2006 a 2009. Para maiores informações, vide nota explicativa nº28.2.

## 10. Depósitos

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Depósitos judiciais (a)	<b>31.281</b>	26.706	<b>329.248</b>	266.686
Depósito de manutenção (b)	-	-	<b>261.182</b>	343.688
Depósitos em garantia de contratos de arrendamento (c)	-	-	<b>429.644</b>	183.134
	<b>31.281</b>	26.706	<b>1.020.074</b>	793.508

### (a) Depósitos judiciais

Os depósitos e bloqueios judiciais representam garantias relativas a processos judiciais tributários, cíveis e trabalhistas mantidos em juízo até a solução dos litígios que estão relacionados. Parte dos depósitos judiciais referem-se a processos de ações cíveis e trabalhistas decorrentes de pedidos de sucessão em processos movidos contra Varig S.A. ou, ainda, de processos trabalhistas movidos por colaboradores que não pertencem à Companhia ou a qualquer outra parte relacionada de terceiros. Tendo em vista que a Companhia não é parte legítima para figurar no polo passivo de referidas ações judiciais, sempre que ocorrem tais bloqueios é demandada a sua exclusão e respectiva liberação dos recursos bloqueados. Em 31 de dezembro de 2015 os valores bloqueados referentes a processos de sucessão da Varig e processos de terceiros são de R\$92.496 e R\$75.406, respectivamente (R\$85.558 e R\$66.970 em 31 de dezembro de 2014).

### (b) Depósitos de manutenção

A Companhia efetuou depósitos em dólar norte-americano para manutenção de aeronaves e motores, que serão utilizados em eventos futuros conforme estabelecido em alguns contratos de arrendamento mercantil.

Os depósitos para manutenção não isentam a Companhia, como arrendatária, das obrigações contratuais relativas à manutenção ou ao risco associado às atividades. A Companhia detém o direito de escolher realizar as manutenções internamente ou através de seus fornecedores. O montante em dólares norte-americanos em 31 de dezembro de 2015 é de US\$66.887 (US\$129.391 em 31 de dezembro de 2014).

### (c) Depósitos em garantia de contratos de arrendamento

Conforme requerido pelos contratos de arrendamento mercantil, a Companhia realiza depósitos em garantia, em Dólar norte-americano, às empresas de arrendamento cujo resgate ocorre integralmente por ocasião do vencimento dos contratos. Em 31 de dezembro de 2015, os depósitos totalizaram US\$110.030 (US\$68.946 em 31 de dezembro de 2014).

## 11. Transações com partes relacionadas

### 11.1. Contratos de mútuos - ativo e passivo não circulante

#### Controladora

A Companhia mantém mútuos ativos e passivos com a VRG, sem avais e garantias, conforme quadro a seguir:

	Ativo		Passivo	
	2015	2014	2015	2014
GLAI com VRG	61.711	52.778	1.503	4.129
GAC com VRG (a)	98.085	-	25.734	129.658
Gol LuxCo com VRG (b)	722.845	-	-	17.621
	882.641	52.778	27.237	151.408

- a) O saldo do passivo em 31 de dezembro de 2014 representava uma operação em dólares norte americanos no montante de US\$50.757 (correspondentes a R\$129.658 na data da captação). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a GAC liquidou parte desse saldo no montante de US\$44.167 (correspondentes a R\$129.057 na data de liquidação). O Saldo ativo é representado por uma nova operação de mútuo na qual a VRG realizou uma captação no montante de US\$25.000 (R\$98.085).
- b) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a VRG realizou diversas operações de mútuos, totalizando US\$180.000. A origem de tais recursos é decorrente da emissão de dívida pela Gol Luxco, conforme nota explicativa nº17.

Adicionalmente, a Controladora possui mútuos entre as entidades Gol Luxco, Finance e GAC, conforme resumo a seguir:

	Ativo		Passivo	
	2015	2014	2015	2014
GAC com GLAI	3.514	2.390	151.240	102.880
GAC com Gol Finance	-	-	1.297.931	894.712
Gol Luxco com GAC	1.418.629	598.909	-	-
Gol Luxco com Finance	795.232	526.791	880.438	598.909
	2.217.375	1.128.089	2.329.609	1.596.500

Tais operações são eliminadas na Controladora, uma vez que estas transações foram realizadas nas entidades no exterior consideradas como extensões das operações da Companhia, conforme nota explicativa 2.2.a.

### 11.2. Serviços de transportes e de consultoria

Todos os contratos relacionados a serviços de transportes e consultoria são mantidos pela controlada VRG. As empresas ligadas a esses serviços são:

**Breda Transportes e Serviços S.A.:** Prestação de serviços de transporte entre aeroportos de passageiros e bagagens e transporte de colaboradores. Os preços podem ser reajustados a cada 12 meses por igual período mediante assinatura de instrumento aditivo firmado pelas partes e com correção anual com base no Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M"). O contrato tem vigência até 31 de janeiro de 2016.

**Expresso União Ltda.:** Prestação de serviços de transporte de colaboradores, com vigência até 01 de agosto de 2016.

**Serviços Gráficos S.A.:** Prestação de serviços gráficos. O contrato vigorou até 01 de julho de 2015.

**Pax Participações S.A.:** Serviços de consultoria e assessoria empresarial, com vigência até 30 de abril de 2016.

**Vaud Participações S.A.:** Prestação de serviços de administração e gestão executiva, com vigência até 01 de outubro de 2016.

Em 31 de dezembro de 2015 a controlada VRG reconheceu uma despesa total referente a esses serviços de R\$16.106 (R\$13.319 em 31 de dezembro de 2014). Na mesma data, o saldo a ser pago na rubrica de fornecedores às empresas ligadas era de R\$2.085 (R\$3.286 em 31 de dezembro de 2014), e refere-se substancialmente a transações junto à Breda Transportes e Serviços S.A..

#### **11.3. Contratos de abertura de conta UATP (“Universal Air Transportation Plan”) com concessão de limite de crédito**

Em setembro de 2011, a controlada VRG firmou contratos com as partes relacionadas Pássaro Azul Taxi Aéreo Ltda. e Viação Piracicabana Ltda., ambos em vigor por prazo indeterminado, com a finalidade de emitir créditos de R\$20 e R\$40, respectivamente, para utilização no sistema UATP (“Universal Air Transportation Plan”). A conta UATP (cartão virtual) é aceita como meio de pagamento na compra de passagens aéreas e serviços relacionados, buscando simplificar o faturamento e viabilizar o pagamento entre as companhias participantes.

#### **11.4. Contrato de financiamento de manutenção de motores**

A controlada VRG possui uma linha de financiamento de serviços de manutenção de motores, cuja captação ocorre através da emissão de *Guaranteed Notes* (“Notas Garantidas”). Em 31 de dezembro de 2015, a VRG possui duas séries de Notas Garantidas para esta finalidade, emitidas em 14 de fevereiro de 2014 e 13 de março de 2015, cujos vencimentos serão em até três anos. A Delta Air Lines é a garantidora destas Notas Garantidas.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo do financiamento de manutenção de motores registrado na rubrica “empréstimos e financiamentos” era de R\$136.885 (R\$67.779 em 31 de dezembro de 2014), conforme detalhado na nota explicativa nº17.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as despesas com manutenção de motores realizadas junto à oficina da Delta Air Lines foram de R\$307.658 (R\$115.653 em 31 de dezembro de 2014).

#### **11.5. Emissão de crédito com garantia fidejussória (Term Loan)**

| Em 31 de agosto de 2015, a Companhia, por meio de sua controlada Gol LuxCo, emitiu uma dívida no valor de US\$300.000 através do banco Morgan Stanley, com prazo de vencimento em 5 anos e taxa efetiva de juros de 6,5% a.a.. A Companhia contou com a garantia fidejussória adicional (“Backstop Guaranty”) concedida pela Delta Air Lines. Para maiores informações, vide notas explicativas nº5f e nº17.2.

#### **11.6. Contrato de parceria comercial estratégica**

Em 19 de fevereiro de 2014, a Companhia assinou um acordo de parceria estratégica para cooperação comercial de longo prazo junto à Airfrance-KLM, com o objetivo de aprimorar as atividades de vendas conjuntas e ampliar o compartilhamento de voos e benefícios aos clientes, por meio dos programas de milhagens de ambas as companhias nos mercados brasileiro e europeu.

O contrato prevê o investimento de incentivo na Companhia no valor total de R\$112.152, cujo pagamento foi dividido em três parcelas: a primeira parcela, no valor de R\$74.506 foi recebida em junho de 2014, a segunda no valor de R\$17.679 foi recebida em junho de 2015 e a terceira parcela no valor de R\$29.286, será recebida em junho de 2016, sendo estes valores atualizados pela taxa de câmbio corrente. O contrato possui prazo de 5

anos, período pelo qual o incentivo será amortizado mensalmente. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui receitas diferidas no valor de R\$28.130 e R\$48.599 classificadas como “Outras obrigações” no passivo circulante e não circulante, respectivamente (R\$22.430 e R\$71.030 em 31 de dezembro de 2014, respectivamente).

#### 11.7. Remuneração do pessoal-chave da Administração

	2015	2014
Salários e benefícios	27.605	28.976
Encargos sociais	5.352	4.388
Remuneração baseada em ações	10.469	4.363
	43.426	37.727

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Companhia não possuía benefícios pós-emprego, e não há benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração ou para os demais colaboradores.

#### 12. Remuneração baseada em ações

A Companhia possui dois planos de remuneração adicional a seus administradores: o Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano de Opções”) e o Plano de Ações Restritas. Ambos visam estimular e promover o alinhamento dos objetivos da Companhia, dos administradores e empregados, mitigar os riscos na geração de valor da Companhia pela perda de seus executivos e fortalecer o comprometimento e produtividade desses executivos nos resultados de longo prazo.

##### GLAI

##### a) Plano de opção de compra de ações

Os beneficiários das opções de ações poderão adquirir as ações pelo preço estabelecido na data da outorga após o período de 3 anos da data de concessão, na condição de que o beneficiário tenha mantido seu vínculo empregatício durante esse período.

As opções tornam-se exercíveis à taxa de 20% no primeiro ano, 30% adicionais no segundo e 50% remanescentes no terceiro ano. Em todos os casos, as opções podem ser exercidas em até 10 anos após a data da concessão. Em todos os planos de opções, a volatilidade esperada baseia-se na volatilidade histórica dos 252 dias úteis das ações da Companhia negociadas na BM&FBOVESPA.



Plano de Opção de Compra de Ações									
Ano da opção	Reunião do Conselho de Administração	Total de opções outorgadas	Total de opções em circulação	Preço médio de exercício (em Reais)	Valor justo médio na data da concessão (em Reais)	Volatilidade estimada do preço da opção	Dividendo esperado	Taxa de retorno livre de risco	Maturidade remanescente média (em anos)
2006	02/01/2006	99.816	13.220	47,30	51,68	39,87%	0,93%	18,00%	1
2007	31/12/2006	113.379	14.962	65,85	46,61	46,54%	0,98%	13,19%	2
2008	20/12/2007	190.296	41.749	45,46	29,27	40,95%	0,86%	11,18%	3
2009 (a)	04/02/2009	1.142.473	20.414	10,52	8,53	76,91%	-	12,66%	4
2010 (b)	02/02/2010	2.774.640	1.097.811	20,65	16,81	77,95%	2,73%	8,65%	5
2011	20/12/2010	2.722.444	947.172	27,83	16,07 (c)	44,55%	0,47%	10,25%	6
2012	19/10/2012	778.912	501.819	12,81	5,32 (d)	52,25%	2,26%	9,00%	7
2013	13/05/2013	802.296	572.616	12,76	6,54 (e)	46,91%	2,00%	7,50%	8
2014	12/08/2014	653.130	529.467	11,31	7,98 (f)	52,66%	3,27%	11,00%	9
2015	11/08/2015	1.930.844	1.620.230	9,35	3,37 (g)	55,57%	5,06%	13,25%	10
		<b>11.208.230</b>	<b>5.359.460</b>	<b>16,35</b>					
									<b>7,55</b>

- a) Em abril de 2010 foram outorgadas 216.673 ações em complemento ao plano de 2009.  
b) Em abril de 2010 foi aprovada outorga complementar de 101.894 ações, referente ao plano de 2010.  
c) Valor justo calculado pela média dos valores R\$16,92, R\$16,11 e R\$15,17 para os respectivos períodos de *vesting* (2011, 2012 e 2013).  
d) Valor justo calculado pela média dos valores R\$6,04, R\$5,35 e R\$4,56 para os respectivos períodos de *vesting* (2012, 2013 e 2014).  
e) Valor justo calculado pela média dos valores R\$7,34, R\$6,58 e R\$5,71 para os respectivos períodos de *vesting* (2013, 2014 e 2015).  
f) Valor justo calculado pela média dos valores R\$8,20, R\$7,89 e R\$7,85 para os respectivos períodos de *vesting* (2014, 2015 e 2016).  
g) Valor justo calculado pela média dos valores R\$3,60, R\$3,30 e R\$3,19 para os respectivos períodos de *vesting* (2015, 2016 e 2017).

A movimentação total das opções de ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 está apresentada a seguir:

	Total de opções de ações	Preço médio ponderado de exercício
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2014	3.861.742	19,44
Opções concedidas	1.930.844	9,35
Opções canceladas e ajustes na estimativa de direitos expirados	(433.126)	19,19
<b>Opções em circulação em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>5.359.460</b>	<b>16,35</b>

Quantidade de opções exercíveis em:

31 de dezembro de 2014	3.235.562	20,93
<b>31 de dezembro de 2015</b>	<b>4.079.448</b>	<b>18,43</b>

b) Plano de ações restritas

O Plano de ações restritas da Companhia foi aprovado em 19 de outubro de 2012 na Assembleia Geral Extraordinária, e as primeiras outorgas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 13 de novembro de 2012.

Plano de ações restritas				
Ano da ação	Reunião do Conselho de Administração	Total de ações outorgadas	Ações em circulação	Valor justo médio na data da concessão (em Reais)
2012	13/11/2012	589.304	-	9,70
2013	13/05/2013	712.632	432.373	12,76
2014	13/08/2014	804.073	575.035	11,31
2015	30/04/2015	1.207.037	1.001.785	9,35
		<b>3.313.046</b>	<b>2.009.193</b>	

A movimentação total das ações restritas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 está apresentada a seguir:

	<b>Total de ações restritas</b>
Ações restritas outorgadas até 31 de dezembro de 2014	1.559.335
Outorgas realizadas	1.207.037
Ações transferidas (*)	(463.199)
Ações canceladas e ajustes na estimativa de direitos expirados	(293.980)
<b>Ações restritas transferíveis em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>2.009.193</b>

(\*) O valor correspondente às ações transferidas é de R\$4.153.

## Smiles

### Plano de opção de compra de ações

Plano de Opção de Compra de Ações									
Ano da opção	Reunião do Conselho de Administração	Total de opções outorgadas	Total de opções em circulação	Preço de exercício da opção (em Reais)	Valor justo médio da opção na data da concessão (em Reais)	Volatilidade estimada do preço da ação	Dividendo esperado	Taxa de retorno livre de risco	Duração da opção (em anos)
2013	08/08/2013	1.058.043	138.868	21,70	4,25 (a)	36,35%	6,96%	7,40%	10
2014	04/02/2014	1.150.000	648.050	31,28	4,90 (b)	33,25%	10,67%	9,90%	10
		<b>2.208.043</b>	<b>786.918</b>						

(a) Média do valor justo em Reais calculado para o plano de Opção de Ações de R\$4,84 e R\$4,20 para os exercícios de *vesting* de 2013 e 2014, e R\$3,73 para os períodos de *vesting* de 2015 e 2016.

(b) Média do valor justo em Reais calculado para o plano de Opção de Ações de R\$4,35, R\$4,63, R\$4,90, R\$5,15 e R\$5,37 para os exercícios de *vesting* de 2014 a 2018.

A movimentação das opções de ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 está apresentada a seguir:

	<b>Total de opções de ações</b>	<b>Preço médio ponderado de exercício</b>
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2014	1.347.926	28,75
Opções exercidas	(561.008)	14,56
<b>Opções em circulação em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>786.918</b>	<b>29,59</b>

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia registrou no patrimônio líquido a título de remuneração baseada em ações no montante de R\$13.516 atribuído aos acionistas controladores e R\$836 aos acionistas não controladores (R\$9.084 atribuído aos acionistas controladores e R\$1.254 aos acionistas não controladores no exercício findo em 31 de dezembro de 2014) para os planos apresentados acima, com a contrapartida no resultado como custo de pessoal.

## 13. Investimentos

Os investimentos nas empresas controladas no exterior GAC, Gol Finance e Gol LuxCo foram considerados na essência uma extensão da Companhia e são somados linha a linha com a controladora GLAI. Dessa forma, somente a Smiles, a VRG e a Gol Dominicana são equiparadas como investimentos na controladora GLAI.

O saldo de investimentos no consolidado é decorrente da parcela de 21,2% do capital da Netpoints Fidelidade S.A. detido pela subsidiária Smiles, juntamente com o investimento na SCP Trip, detido pela subsidiária VRG, ambos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

As informações dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 está demonstrada a seguir:

	Controladora				Consolidado		
	Gol Dominicana	VRG	Smiles	Total	Trip	Netpoints	Total
<b>Informações relevantes das controladas em 31 de dezembro de 2015:</b>							
Quantidade total de ações	-	4.619.138.156	123.070.277		-	60.492.408	
Capital social	9.422	3.911.083	146.164		1.318	63.451	
Percentual de participação	100,0%	100,0%	54,1%		60,0%	21,2%	
Patrimônio líquido total	(1.115)	(3.002.599)	487.940		4.636	2.159	
Lucros não realizados (a)	-	-	(50.699)		-	-	
Patrimônio líquido ajustado (b)	(1.115)	(3.002.599)	213.219		2.781	459	
Resultado líquido do exercício	(5.471)	(3.493.677)	369.922		3.318	(28.278)	
Lucros não realizados (a)	-	-	(22.893)		-	-	
Resultado líquido do exercício ajustado	(5.471)	(3.493.677)	177.386		1.991	(5.932)	
<b>Movimentação dos investimentos:</b>							
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.197	(12.796)	192.819	181.220	2.092	6.391	8.483
Resultado de equivalência patrimonial	(5.471)	(3.493.677)	177.386	(3.321.762)	1.991	(5.932)	(3.941)
Variação cambial provenientes de controladas no exterior	(38)	(195)	-	(233)	-	-	-
Resultados não realizados de <i>hedge</i> , líquido de impostos	-	(40.226)	-	(40.226)	-	-	-
Efeitos por alteração de participação societária	-	-	3.216	3.216	-	-	-
Aumento de capital	3.197	567.700	-	570.897	-	-	-
Dividendos	-	-	(144.998)	(144.998)	(1.302)	-	(1.302)
Juros sobre capital próprio	-	-	(16.191)	(16.191)	-	-	-
Ágio em aquisição de investimento	-	-	-	-	-	15.184	15.184
Remuneração baseada em ações	-	-	987	987	-	-	-
Amortização de perdas com operações de <i>sale-leaseback</i> (c)	-	(6.493)	-	(6.493)	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>(1.115)</b>	<b>(2.985.687)</b>	<b>213.219</b>	<b>(2.773.583)</b>	<b>2.781</b>	<b>15.643</b>	<b>18.424</b>

- (a) Corresponde a transações envolvendo a receita do resgate de milhas por passagens aéreas pelos participantes do Programa Smiles que, para fins de demonstrações consolidadas, apenas se realizam quando os participantes do programa são efetivamente transportados pela VRG.
- (b) O patrimônio líquido ajustado corresponde ao percentual sobre o patrimônio líquido total líquido de lucros não realizados.
- (c) A controlada GAC possui um saldo líquido de perdas e ganhos diferidos com operações de *sale-leaseback* cujo diferimento está condicionado ao pagamento de parcelas contratuais efetuadas pela VRG. Dessa forma, o saldo líquido é na essência parte do investimento líquido da controladora na VRG. O saldo líquido a ser diferido no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 era de R\$16.913 (R\$23.406 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014). Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº28.2.

## 14. Resultado por ação

Embora existam diferenças entre as ações ordinárias e as preferenciais quanto ao direito de voto e preferência em caso de liquidação, as ações preferenciais da Companhia não concedem o direito de recebimento de dividendos fixos. As ações preferenciais possuem poder econômico e direito de receber dividendos 35 vezes maior do que as ações ordinárias. Dessa forma, a Companhia entende que o poder econômico das ações preferenciais é superior às ações ordinárias.

O resultado básico por ação é calculado através da divisão do resultado líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores da Companhia pela quantidade média ponderada de todas as classes de ações em circulação durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações. A Companhia possui apenas uma categoria de ações potenciais dilutivas, sendo ela a opção de compra de ações, conforme descrito na nota explicativa nº12. No entanto, em razão do prejuízo apurado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estes instrumentos emitidos pela controladora possuem efeito não dilutivo e, portanto, não são considerados na quantidade total de ações em circulação.

Controladora e Consolidado				
	2015		2014	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
<b>Numerador</b>				
Prejuízo líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores	(2.123.945)	(2.336.938)	(644.841)	(601.328)
Efeito dos títulos dilutíveis - Smiles (a)	(118)	(129)	(172)	(162)
	(2.124.060)	(2.337.070)	(645.013)	(601.490)
<b>Denominador</b>				
Média ponderada de ações em circulação (em milhares)	5.035.037	158.285	5.035.037	134.151
Média ponderada ajustada de ações em circulação e conversões resumidas diluída (em milhares)	5.035.037	158.285	5.035.037	134.151
Prejuízo básico por ação (b)	(0,422)	(14,764)	(0,128)	(4,482)
Prejuízo diluído por ação (b)	(0,422)	(14,765)	(0,128)	(4,477)

- (a) A Smiles possui outorgas de opções de compras de ações em favor seus colaboradores. Estes instrumentos patrimoniais possuem efeito dilutivo no resultado por ação impactando, portanto, a média ponderada de ações em circulação da Companhia.
- (b) A média ponderada considera o desdobramento de uma ação ordinária para 35 ações ordinárias aprovado em Assembleia Geral Extraordinária no dia 23 de março de 2015. O resultado por ação apresentado reflete o poder econômico de cada classe de ação.

## 15. Imobilizado

### Controladora

O saldo corresponde aos adiantamentos para aquisição de aeronaves refere-se aos pré-pagamentos efetuados com base nos contratos com a Boeing Company para aquisição de 15 aeronaves 737-800 Next Generation (21 aeronaves em 31 de dezembro de 2014) e 109 aeronaves 737-MAX (109 aeronaves em 31 de dezembro de 2014) no valor de R\$555.519 (R\$434.387 em 31 de dezembro de 2014) e ao direito sobre o valor residual das aeronaves no valor de R\$427.300 (R\$427.300 em 31 de dezembro de 2014), ambos realizados pela controlada GAC.

## Consolidado

	2015			2014	
	Taxa anual ponderada de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
<b>Equipamentos de voo</b>					
Imobilizado sob arrendamento financeiro (a)	4%	3.174.259	(1.092.286)	<b>2.081.973</b>	2.079.724
Peças de conjuntos de reposição e motores sobressalentes	4%	1.234.945	(411.070)	<b>823.875</b>	755.640
Reconfigurações/benfeitorias de aeronaves	30%	1.486.249	(875.181)	<b>611.068</b>	198.359
Equipamentos de aeronaves e de segurança	20%	1.075	(352)	<b>723</b>	840
Ferramentas	10%	26.426	(13.592)	<b>12.834</b>	13.751
		5.922.954	(2.392.481)	<b>3.530.473</b>	3.048.314
Perdas por redução ao valor recuperável (b)	-	(28.904)	-	<b>(28.904)</b>	(33.381)
		5.894.050	(2.392.481)	<b>3.501.569</b>	3.014.933
<b>Imobilizado de uso</b>					
Veículos	20%	10.999	(9.174)	<b>1.825</b>	1.709
Máquinas e equipamentos	10%	54.878	(30.580)	<b>24.298</b>	25.647
Móveis e utensílios	10%	22.353	(14.501)	<b>7.852</b>	7.091
Computadores e periféricos	20%	41.183	(31.819)	<b>9.364</b>	10.940
Equipamentos de comunicação	10%	2.520	(1.655)	<b>865</b>	1.032
Instalações	10%	4.535	(4.090)	<b>445</b>	724
Centro de manutenção Confinis	10%	107.633	(57.854)	<b>49.779</b>	58.954
Benfeitorias em propriedades de terceiros	20%	59.581	(44.829)	<b>14.752</b>	10.297
Obras em andamento	-	22.022	-	<b>22.022</b>	14.510
		325.704	(194.502)	<b>131.202</b>	130.904
		6.219.754	(2.586.983)	<b>3.632.771</b>	3.145.837
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	-	623.843	-	<b>623.843</b>	456.197
		<b>6.843.597</b>	<b>(2.586.983)</b>	<b>4.256.614</b>	3.602.034

(a) As aeronaves sob a modalidade de arrendamento financeiro que possuem opção de compra ao final do contrato são depreciadas linearmente pela vida útil econômica estimada do bem até seu valor residual de 20%, com base nos valores de mercado.

(b) Saldo referente a provisões constituídas pela Companhia de forma que os ativos sejam apresentados pela sua real capacidade de geração de benefício econômico.

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados é conforme segue:

	Imobilizado sob arrendamento financeiro	Outros equipamentos de voo	Adiantamentos para aquisição de imobilizado	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2013	2.175.697	987.310	467.763	141.389	3.772.159
Adições	60.679	189.917	482.911	18.064	751.571
Baixas	(304)	(5.064)	(494.477)	(46)	(499.891)
Depreciação	(156.348)	(236.954)	-	(28.503)	(421.805)
Em 31 de dezembro de 2014	2.079.724	935.209	456.197	130.904	3.602.034
Adições	<b>141.524</b>	<b>730.460</b>	<b>608.660</b>	<b>32.500</b>	<b>1.513.144</b>
Baixas	-	(23.280)	(441.014)	(1.789)	(466.083)
Depreciação	<b>(139.275)</b>	<b>(222.793)</b>	-	<b>(30.413)</b>	<b>(392.481)</b>
Em 31 de dezembro de 2015	<b>2.081.973</b>	<b>1.419.596</b>	<b>623.843</b>	<b>131.202</b>	<b>4.256.614</b>

## 16. Intangível

	Ágio	Direitos de operação em aeroportos	Software	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	542.302	1.038.900	112.988	1.694.190
Adições	15.183	-	46.308	61.491
Baixas	-	-	(4)	(4)
Amortizações	-	-	(41.491)	(41.491)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	557.485	1.038.900	117.801	1.714.186
Adições	-	-	42.812	42.812
Transferências (*)	(15.183)	-	-	(15.183)
Amortizações	-	-	(27.210)	(27.210)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>542.302</b>	<b>1.038.900</b>	<b>133.403</b>	<b>1.714.605</b>

(\*) Refere-se ao ágio apurado na aquisição de participação na Netpoints pela Smiles, transferido para o grupo de investimentos.

O ágio e outros ativos intangíveis foram submetidos a teste de recuperabilidade em 31 de dezembro de 2015 e 2014 por meio do fluxo de caixa descontado para cada unidade geradora de caixa, dando origem ao valor em uso.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – “UGC”). Para a determinação do valor contábil de cada UGC, a Companhia considera não somente os intangíveis registrados, bem como todos os ativos tangíveis necessários, pois é apenas por meio da utilização deste conjunto que a Companhia obterá geração de benefício econômico.

A Companhia realiza a alocação do ágio em duas unidades geradoras de caixa: VRG e Smiles, e os direitos de operação em aeroportos são, integralmente, alocados à unidade geradora de caixa VRG, conforme apresentado abaixo:

	Goodwill – VRG	Goodwill – Smiles	Direitos de operação em aeroportos
<b>31 de dezembro de 2015</b>			
Valor contábil	325.381	216.921	1.038.900
Valor contábil - UGC	3.248.245	141.101	-
Valor em uso	6.339.072	5.678.811	6.168.302
Taxa de desconto antes dos impostos	17,21%	19,84%	18,65%
Taxa de crescimento na perpetuidade	3,50%	3,50%	8,50%
<b>31 de dezembro de 2014</b>			
Valor contábil	325.381	232.104	1.038.900
Valor contábil - UGC	5.068.000	248.300	-
Valor em uso	11.168.414	7.712.374	5.571.674
Taxa de desconto antes dos impostos	14,03%	15,12%	14,03%
Taxa de crescimento na perpetuidade	3,50%	3,50%	3,50%

Os resultados obtidos foram comparados com o valor contábil de cada unidade geradora de caixa e, como resultado, a Companhia não reconheceu perdas em relação ao valor recuperável de suas UGCs.

As premissas adotadas nos testes de redução ao valor recuperável dos intangíveis estão de acordo com as projeções internas, para o período de cinco anos e para o período após cinco anos é extrapolado utilizando uma taxa de crescimento de perpetuidade, e com os planos operacionais, ambos analisados e aprovados pela administração da Companhia. O fluxo de caixa descontado que determinou o valor em uso das unidades geradoras de caixa foi preparado de acordo com o plano de negócios da Companhia aprovado em 18 de

fevereiro de 2016.

As principais premissas consideradas pela Companhia para a determinação do valor em uso das unidades geradoras de caixa são:

Capacidade e frota: considera a utilização, a capacidade da aeronave utilizada em cada trecho e a projeção de tamanho da frota em operação.

Demanda: a eficiência de mercado é o principal input para a projeção de crescimento da demanda da Companhia. A Administração considera que a eficiência de mercado é a razão entre sua participação no mercado (*market share*) e sua participação na oferta (*seat share*). Este indicador reflete o quão eficientemente a companhia emprega a sua participação na oferta total do mercado em função de sua captura de demanda por transporte aéreo.

Receita por passageiro: considera o preço médio praticado pela Gol e considera efeitos de variáveis de mercado (vide variáveis utilizadas abaixo).

Custos operacionais associados ao negócio: baseados em seu custo histórico e atualizados por indicadores, como inflação, relação com a oferta, demanda e variação da moeda norte-americana.

A Companhia também considerou variáveis de mercado tais como PIB (fonte: Banco Central do Brasil), dólar norte-americano (fonte: Banco Central do Brasil), barril de querosene (fonte: Agência Nacional de Petróleo Brasileira - ANP) e taxa de juros (fonte: Bloomberg).

## 17. Empréstimos e financiamentos

	Vencimento	Taxa de juros	Controladora		Consolidado	
			2015	2014	2015	2014
<b>Circulante</b>						
<u>Em moeda nacional:</u>						
BNDES - Direto (a)	Jul. 2017	TJLP+1,40% a.a.	-	-	3.111	3.111
Debêntures IV e V (b)	Set. 2018	128% da taxa DI	-	-	-	166.974
Debêntures Smiles (c)	Jul. 2015	115% da taxa DI	-	-	-	347.484
Debêntures VI (n)	Set. 2019	132% da taxa DI	-	-	125.194	-
Safra (d)	Mai. 2018	128% da taxa DI	-	-	33.571	16.357
Safra K-giro (m)	Mar. 2016	111% da taxa DI	-	-	116.035	-
Juros	-	-	-	-	22.026	10.153
<u>Em moeda estrangeira (US\$):</u>						
J.P. Morgan (e)	Fev. 2016	0,90% a.a.	-	-	72.141	54.213
Finimp (f)	Nov. 2016	3,52% a.a.	-	-	389.275	117.598
Engine Facility (Cacib) (g)	Jun. 2021	Libor 3m+2,25% a.a.	-	-	20.920	14.048
Juros	-	-	127.598	56.619	126.462	55.470
			127.598	56.619	908.735	785.408
Arrendamento financeiro	Jul. 2025	4,97% a.a.	-	-	487.888	325.326
<b>Total circulante</b>			127.598	56.619	1.396.623	1.110.734
<b>Não circulante</b>						
<u>Em moeda nacional:</u>						
BNDES - Direto (a)	Jul. 2017	TJLP+1,40% a.a.	-	-	1.813	4.904
Debêntures IV (b)	Set. 2018	128% da taxa DI	-	-	-	443.076
Debêntures V (b)	Jun. 2017	128% da taxa DI	-	-	-	490.625
Debêntures VI (n)	Set. 2019	132% da taxa DI	-	-	925.623	-
Safra (d)	Mai. 2018	128% da taxa DI	-	-	49.562	82.585
<u>Em moeda estrangeira (US\$):</u>						
J.P. Morgan (e)	Mar. 2018	0,90% a.a.	-	-	64.744	13.566
Engine Facility (Cacib) (g)	Jun. 2021	Libor 3m+2,25%	-	-	212.758	158.447
Bônus Sênior I (h)	Abr. 2017	7,50% a.a.	322.407	223.543	322.407	223.543
Bônus Sênior II (i)	Jul. 2020	9,25% a.a.	617.376	408.663	617.376	408.663
Bônus Sênior III (j)	Fev. 2023	10,75% a.a.	137.379	93.450	128.195	82.970
Bônus Sênior IV (k)	Jan. 2022	8,87% a.a.	1.251.902	841.313	1.251.902	841.313
Bônus Perpétuos (l)	-	8,75% a.a.	780.961	531.240	698.959	475.460
Term Loan (o)	Ago. 2020	6,5% a.a.	1.128.757	-	1.128.757	-
			4.238.782	2.098.209	5.402.096	3.225.152
Arrendamento financeiro	Jul. 2025	4,97% a.a.	-	-	2.506.207	1.899.353
<b>Total não circulante</b>			4.238.782	2.098.209	7.908.303	5.124.505
<b>Total</b>			4.366.380	2.154.828	9.304.926	6.235.239

- (a) Linha de crédito captada em 27 de junho de 2012, com a finalidade de financiamento do Centro de Manutenção de Aeronaves ("CMA").
- (b) Liquidação antecipada integral das debêntures da controlada VRG em 30 de setembro de 2015 com recursos adquiridos através da emissão de Debêntures VI.
- (c) Debêntures emitidas pela controlada Smiles, integralmente liquidadas em 06 de julho de 2015.
- (d) O montante total do financiamento em 31 de dezembro de 2015 era de R\$83.133 com depósitos em garantia vinculados no valor de R\$63.334, conforme destacado na nota explicativa nº5.
- (e) Emissão de 3 séries de *Guaranteed Notes* ("Notas Garantidas") para financiamento de manutenção de motores, para maiores informações, vide nota explicativa 11.4.
- (f) Linha de crédito junto ao Banco do Brasil e Banco Safra, utilizada para financiar a importação de peças de reposição e equipamentos aeronáuticos.
- (g) Linha de crédito captada em 30 de setembro de 2014 junto ao Credit Agricole.
- (h) Emissão do Bônus Senior série I pela controlada Gol Finance em 22 de março de 2007, cujos recursos captados têm a finalidade de financiar pré-pagamentos para aquisição de aeronaves.
- (i) Emissão do Bônus Senior série II pela controlada Finance em 13 de julho de 2010 para pagamento de dívidas.
- (j) Emissão do Bônus Senior série III pela controlada VRG em 07 de fevereiro de 2013 com a finalidade de financiar pré-pagamentos de dívidas a vencer nos 3 anos seguintes. O Bônus foi transferido em sua totalidade para a Gol LuxCo, juntamente com os recursos captados na ocasião de sua emissão, e parte do montante captado foi liquidado antecipadamente.
- (k) Emissão do Bônus Senior IV pela controlada Gol LuxCo em 24 de setembro de 2014, com a finalidade de financiar a recompra parcial dos Bônus Sênior I, II e III.
- (l) Emissão do Bônus Perpétuos pela controlada Gol Finance em 05 de abril de 2006 para financiamentos bancários e de aquisição de aeronaves.
- (m) Capital de giro emitido pela controlada VRG junto ao Banco Safra em 30 de junho de 2015.
- (n) Emissão de 105.000 debêntures pela controlada VRG em 30 de setembro de 2015, com a finalidade de liquidação integral antecipada das Debêntures IV e V.
- (o) Emissão de empréstimos pela controlada Gol LuxCo em 31 de agosto de 2015 para o financiamento de aquisição de aeronaves e financiamentos bancários, com garantia fidejussória da Gol LuxCo (para maiores informações, vide item 17.2).



O total de empréstimos e financiamentos incluem custos de captação de R\$106.450 (em 31 de dezembro de 2014 eram de R\$66.376) que serão amortizados durante a vigência dos respectivos empréstimos e financiamentos.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos exceto arrendamentos financeiros de longo prazo em 31 de dezembro de 2015 são como segue:

	2017	2018	2019	2020	Após 2020	Sem vencimento	Total
<b>Controladora</b>							
<u>Em moeda estrangeira (US\$):</u>							
Bônus Sênior I	322.407	-	-	-	-	-	322.407
Bônus Sênior II	-	-	-	617.376	-	-	617.376
Bônus Sênior III	-	-	-	-	137.379	-	137.379
Bônus Sênior IV	-	-	-	-	1.251.902	-	1.251.902
Bônus Perpétuos	-	-	-	-	-	780.961	780.961
Term Loan	-	-	-	1.128.757	-	-	1.128.757
<b>Total</b>	<b>322.407</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.746.133</b>	<b>1.389.281</b>	<b>780.961</b>	<b>4.238.782</b>
<b>Consolidado</b>							
<u>Em moeda nacional:</u>							
BNDES – Direto	1.813	-	-	-	-	-	1.813
Safra	33.333	16.229	-	-	-	-	49.562
Debêntures VI	150.000	400.000	375.623	-	-	-	925.623
<u>Em moeda estrangeira (US\$):</u>							
J.P. Morgan	52.766	11.978	-	-	-	-	64.744
Engine Facility (Cacib)	20.886	20.886	20.886	20.886	129.214	-	212.758
Bônus Sênior I	322.407	-	-	-	-	-	322.407
Bônus Sênior II	-	-	-	617.376	-	-	617.376
Bônus Sênior III	-	-	-	-	128.195	-	128.195
Bônus Sênior IV	-	-	-	-	1.251.902	-	1.251.902
Bônus Perpétuos	-	-	-	-	-	698.959	698.959
Term Loan	-	-	-	1.128.757	-	-	1.128.757
<b>Total</b>	<b>581.205</b>	<b>449.093</b>	<b>396.509</b>	<b>1.767.019</b>	<b>1.509.311</b>	<b>698.959</b>	<b>5.402.096</b>

Os valores justos dos bônus sênior e perpétuos, em 31 de dezembro de 2015, são conforme segue:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>Contábil</b>	<b>Mercado</b>	<b>Contábil</b>	<b>Mercado</b>
Bônus Sênior	<b>2.329.064</b>	<b>1.203.214</b>	<b>2.319.880</b>	<b>1.203.214</b>
Bônus Perpétuos	<b>780.961</b>	<b>236.240</b>	<b>698.959</b>	<b>236.240</b>

Os valores de mercado dos Bônus sênior e Bônus perpétuos são obtidos através de cotações de mercado.

### 17.1. Condições contratuais restritivas

Em 31 de dezembro de 2015, os financiamentos de longo prazo (exceto bônus perpétuos e arrendamentos financeiros) no valor total de R\$4.703.129 (R\$2.749.692 em dezembro de 2014), possuíam cláusulas e restrições contratuais, incluindo, porém não limitados, àquelas que obrigam a Companhia manter a liquidez definida da dívida e da cobertura de despesas com taxa de juros. A próxima medição ocorrerá no primeiro semestre de 2016.

A Companhia possui cláusulas restritivas (*covenants*) no *Term Loan*, e nas Debêntures VI com as instituições financeiras Bradesco e Banco do Brasil, devendo efetuar medições destes indicadores semestralmente. Os indicadores a serem analisados para a mensuração das restrições são: (i) dívida líquida ajustada/EBITDAR abaixo de 7,76 e (ii) índice de cobertura da dívida (CID) de pelo menos 1,56. A obrigatoriedade de mensuração de tais indicadores, conforme a escritura de emissão ocorrerá apenas em 31 de março de 2016. Portanto, em 31 de dezembro de 2015, a Companhia encontra-se em conformidade com as cláusulas contratuais restritivas das Debêntures.

## 17.2. Empréstimos e financiamentos vigentes em 31 de dezembro de 2015

A Companhia, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, realizou novas captações de empréstimos e emissão de Debêntures e Bônus Sênior, conforme abaixo:

**Financiamento à importação (Finimp):** a Companhia, por meio de sua controlada VRG, captou recursos por meio de financiamentos ao longo do período e com a emissão de notas promissórias em garantia. Estas operações fazem parte de uma linha de crédito que a Companhia mantém para financiamento de importação, com o objetivo de compra de peças de reposição e equipamentos para aeronaves. As captações realizadas ao longo do exercício estão demonstradas a seguir:

Data da captação	Instituição financeira	Montante captado (US\$)	Montante captado (R\$)	Taxa de juros	Data de vencimento
06/02/2015	Safra	11.327	32.601	3,32% a.a.	01/02/2016
13/02/2015	Banco do Brasil	6.557	18.872	2,97% a.a.	05/02/2016
24/02/2015	Banco do Brasil	10.744	30.923	2,98% a.a.	22/02/2016
09/03/2015	Banco do Brasil	6.019	19.309	2,86% a.a.	03/03/2016
30/03/2015	Safra	8.156	26.164	4,05% a.a.	24/03/2016
18/05/2015	Banco do Brasil	4.274	13.586	3,13% a.a.	13/05/2016
06/07/2015	Banco do Brasil	9.638	32.711	3,18% a.a.	01/07/2016
23/07/2015	Banco do Brasil	7.822	26.548	3,23% a.a.	18/07/2016
28/07/2015	Banco do Brasil	10.436	35.420	3,22% a.a.	22/07/2016
31/07/2015	Citibank	10.696	36.302	4,71% a.a.	25/07/2016
04/09/2015	Safra	10.534	41.851	4,35% a.a.	29/08/2016
30/10/2015	Banco do Brasil	2.694	10.396	3,63% a.a.	04/11/2016

**Financiamento de manutenção de motores (J.P. Morgan):** Em 13 de março de 2015, a controlada VRG obteve um financiamento para manutenção de motores no montante de R\$130.795 (US\$40.539 na data da captação) com amortização e pagamentos de juros trimestrais, e custos de emissão de R\$4.198 (US\$1.334 na data da captação) e garantia financeira do Export-Import Bank of the United States ("Ex-Im Bank").

**Empréstimo de capital de giro junto ao Banco Safra:** Em 30 de junho de 2015, a controlada VRG captou uma nova linha de empréstimo de capital de giro junto ao Banco Safra S.A., no montante de R\$120.000, com vencimento do principal e dos juros em 28 de setembro de 2015. Os custos de emissão totalizaram R\$1.200, com cessão fiduciária em garantia de direito creditórios.

**Emissão de crédito com garantia fidejussória (Term Loan):** Em 31 de agosto de 2015, a Companhia, por meio de sua controlada Gol LuxCo, emitiu uma dívida no valor de US\$300.000 (R\$1.191.870 na data de captação) com custos de emissão de R\$48.700 (US\$12.258 na data da captação) por meio do banco Morgan Stanley, com prazo de vencimento em 5 anos e taxa efetiva de juros de 6,5% a.a.. A Companhia contou com a garantia fidejussória adicional ("*Backstop Guaranty*") concedida pela Delta. Em contrapartida, apartado ao instrumento, a Companhia concedeu como garantia à Delta o penhor de ações ordinárias emitidas pela Smiles e de titularidade da Companhia. A avaliação da garantia é feita através do comparativo entre o valor de mercado das ações da Smiles em relação à dívida atualizada e, caso a dívida supere o valor de mercado, a Companhia está obrigada a realizar um depósito em garantia. Em 31 de dezembro de 2015, em função da queda do valor de mercado das ações da Smiles, a garantia adicional para a Delta era de R\$48.810 (US\$12.500 em 31 de dezembro de 2015), conforme notas explicativas nº5f e nº11.5.

**Emissão de debêntures:** Em 30 de setembro de 2015, a Companhia, por meio de sua controlada VRG, emitiu 105.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da 6ª série no montante total de R\$1.050.000 e custos de emissão de R\$28.382, que serão amortizados ao longo do período da dívida.

Os recursos captados foram utilizados exclusivamente para a liquidação antecipada pelo valor de face da 4ª e 5ª séries de debêntures que como consequência, tiveram seus custos integralmente baixados no resultado.

Os demais empréstimos e financiamentos não sofreram alterações contratuais durante o exercício.

### 17.3. Arrendamentos financeiros

Os pagamentos futuros de contraprestações dos contratos de arrendamento mercantil financeiro são indexados em dólar e estão detalhados a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2015</b>	<b>2014</b>
2015	-	417.149
2016	629.340	399.179
2017	559.721	369.429
2018	550.431	363.110
2019	460.848	302.171
2020 em diante	1.192.153	698.898
<b>Total de pagamentos mínimos de arrendamento</b>	<b>3.392.493</b>	<b>2.549.936</b>
Menos total de juros	(398.398)	(325.257)
<b>Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamentos</b>	<b>2.994.095</b>	<b>2.224.679</b>
Menos parcela do circulante	(487.888)	(325.326)
<b>Parcela do não circulante</b>	<b>2.506.207</b>	<b>1.899.353</b>

A taxa de desconto utilizada para cálculo a valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento é de 4,91% em 31 de dezembro de 2015 (5,00% em 31 de dezembro de 2014). Não existem diferenças significativas entre o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento e o valor de mercado destes passivos financeiros.

A Companhia estendeu o vencimento do financiamento de algumas de suas aeronaves sob a modalidade de arrendamentos financeiros para 15 anos por meio da utilização da estrutura SOAR (mecanismo de alongamento, amortização e pagamento de financiamento) que permite a realização de saques calculados para serem liquidados mediante pagamento integral no final do contrato de arrendamento. Em 31 de dezembro de 2015, os valores dos saques realizados para pagamento integral na data do encerramento do contrato de arrendamento foram de R\$276.851 (R\$164.446 em 31 de dezembro de 2014) e estão somados na rubrica de empréstimos e financiamentos no passivo não circulante.

### 18. Obrigações trabalhistas

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Salários e ordenados	-	-	162.612	158.216
INSS e FGTS a recolher	372	511	56.302	67.189
Plano de participação nos resultados	-	-	10.633	24.984
Outras obrigações com empregados	12	8	21.088	5.051
	<b>384</b>	<b>519</b>	<b>250.635</b>	<b>255.440</b>

### 19. Obrigações fiscais

<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>

PIS e COFINS	128	-	75.811	36.277
ICMS Parcelamento ( <i>Refis</i> )	-	-	1.107	-
IRRF sobre salários	2	-	27.606	27.841
ICMS	-	-	39.234	36.212
Imposto sobre importação	-	-	3.467	3.467
CIDE	68	-	2.538	1.480
IOF	65	-	65	35
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	-	15.791
Outros	39	-	8.183	13.798
	<b>302</b>	<b>-</b>	<b>158.011</b>	<b>134.901</b>
Circulante	<b>302</b>	<b>-</b>	<b>118.957</b>	100.094
Não Circulante	-	-	<b>39.054</b>	34.807

Em 01 de abril de 2015, o Governo Federal restabeleceu o aumento da alíquota do PIS/PASEP e da COFINS sobre receitas financeiras de 0% para 4,65% por meio do Decreto 8.426/15. Diante deste fato, a Companhia passou a apurar os respectivos tributos sobre todas as receitas financeiras incorridas a partir de 1º de julho de 2015, incluindo a receita de variação cambial. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo apurado relativo às contribuições a recolher foi de R\$43.114.

Em 1º de janeiro de 2015, a Companhia adotou a Lei nº 12.973/2014, que promoveu alterações na legislação com a finalidade de adequar as normas tributárias às novas regras contábeis introduzidas pela Lei 11.638/07, para as controladas VRG e Webjet. Tal adoção não acarretou em efeitos significativos nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. A controladora GLAI e a Smiles realizaram a adesão à Lei no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

## 20. Transportes a executar

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de transportes a executar classificado no passivo circulante de R\$1.206.655 (R\$1.101.611 em 31 de dezembro de 2014) é representado por 4.464.876 cupons de bilhetes vendidos e ainda não utilizados (5.382.145 em 31 de dezembro de 2014) com prazo médio de utilização de 36 dias (40 dias em 31 de dezembro de 2014).

## 21. Programa de milhagem

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de receita diferida do programa de milhagem Smiles era de R\$770.416 (R\$220.212 em 31 de dezembro de 2014) e R\$221.242 (R\$559.506 em 31 de dezembro de 2014) classificados no passivo circulante e não circulante, respectivamente, e a quantidade de milhas em aberto correspondia a 44.424.598.123 (42.412.047.693 em 31 de dezembro de 2014).

## 22. Provisões

	Consolidado		
	Provisão para seguros	Provisões para devolução de aeronaves e motores (a)	Processos judiciais (b)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	21.916	361.651	102.093
Provisões adicionais reconhecidas	2.666	259.673	44.460
Provisões realizadas	(22.050)	(59.186)	(2.200)
Variação cambial	(1.790)	163.038	2
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>742</b>	<b>725.176</b>	<b>144.355</b>
			<b>870.273</b>
Em 31 de dezembro de 2014			
Circulante	21.916	185.178	-
Não circulante	-	176.473	102.093
	21.916	361.651	102.093

**Em 31 de dezembro de 2015**

Circulante	<b>742</b>	<b>205.966</b>	<b>-</b>	<b>206.708</b>
Não circulante	<b>-</b>	<b>519.210</b>	<b>144.355</b>	<b>663.565</b>
	<b>742</b>	<b>725.176</b>	<b>144.355</b>	<b>870.273</b>

**(a) Provisão para devolução de aeronaves e motores**

A provisão para devolução considera os custos que atendem as condições contratuais de devolução de motores mantidos sob arrendamento operacional, bem como para os custos a incorrer de reconfiguração de aeronaves, quando da sua devolução conforme condições estabelecidas nos contratos de arrendamento. A contrapartida está capitalizada na rubrica de imobilizado (reconfigurações/benfeitorias de aeronaves), conforme nota explicativa nº2.2.k.

**(b) Processos judiciais**

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas são partes em 26.708 (8.644 trabalhistas e 18.064 cíveis) processos judiciais e procedimentos administrativos. Os processos judiciais e procedimentos administrativos são classificados em Operação (aqueles que decorrem do curso normal das operações da Companhia) e Sucessão (aqueles que decorrem do pedido de reconhecimento de sucessão por obrigações da antiga Varig S.A.).

Conforme essa classificação, a quantidade dos processos segue da seguinte maneira:

	<b>Operação</b>	<b>Sucessão</b>	<b>Total</b>
Cíveis judiciais	16.479	329	16.808
Cíveis administrativos	1.254	2	1.256
Trabalhistas judiciais	5.396	3.030	8.426
Trabalhistas administrativos	216	2	218
	<b>23.345</b>	<b>3.363</b>	<b>26.708</b>

As ações de natureza cível são relacionadas principalmente às ações indenizatórias em geral relacionadas a atrasos e cancelamentos de voos, extravios e danos a bagagens. As ações de natureza trabalhista consistem, principalmente, em discussões relacionadas a horas extras, adicional de periculosidade, adicional de insalubridade e diferenças salariais.

Os valores das provisões relativos aos processos cíveis e trabalhistas, com perda provável estão demonstrados a seguir:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Cíveis	<b>69.892</b>	55.097
Trabalhistas	<b>74.293</b>	46.996
Tributárias	<b>170</b>	151
	<b>144.355</b>	102.244

As provisões são revisadas com base na evolução dos processos e no histórico de perdas através da melhor estimativa corrente para as causas cíveis e trabalhistas.

Existem outros processos de natureza cível e trabalhista avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado em 31 de dezembro de 2015, de R\$22.176 para as ações cíveis e R\$53.764 para as ações trabalhistas (R\$15.786 e R\$2.341 em 31 de dezembro de 2014, respectivamente) para os quais nenhuma provisão foi constituída.

Em agosto de 2015, o Tribunal Superior do Trabalho ("TST") declarou inconstitucional a atualização monetária dos débitos trabalhistas pela Taxa Referencial ("TR"), a qual foi substituída pelo IPCA-E (Índice de Preços ao Consumidor Amplo-Especial), aplicável em relação aos processos cujo fato gerador ocorreu a partir de 30 de junho de 2009. Em 14 de outubro de 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF) deferiu liminar para suspender os efeitos da decisão proferida anteriormente pelo TST. A Companhia, juntamente com seus assessores jurídicos internos e externos, acredita que no cenário atual o risco de obrigatoriedade de atualização dos processos trabalhistas pelo IPCA-E é remota.

Os processos de natureza fiscal abaixo foram avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo relevantes e de risco possível em 31 de dezembro de 2015:

- A GLAI vem discutindo judicialmente a não incidência de PIS e COFINS sobre a receita auferida a título de juros sobre o capital próprio no montante de R\$50.683, relativo aos exercícios dos anos de 2006 a 2008, valores pagos por sua controlada GTA Transportes Aéreos S.A., sucedida pela VRG em 25 de setembro de 2008. De acordo com a opinião de nossos consultores jurídicos e com base na jurisprudência ocorrida em fatos recentes, a Companhia classificou este processo com a probabilidade de perda possível, sem constituição de provisão para o valor envolvido. Adicionalmente, a Companhia mantém junto ao Bic Banco uma carta de crédito com garantia parcial sobre o do valor do processo de R\$20.062 conforme apresentado na nota explicativa nº5.
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), montante de R\$17.091 (R\$16.470 em 31 de dezembro de 2014) decorrentes de Autos de Infração lavrados pela Prefeitura do Município de São Paulo contra a Companhia, no período de Janeiro de 2007 a Dezembro de 2010, referente a uma possível incidência de ISS sobre contratos celebrados com parceiros. A classificação de risco possível decorre do fato de que as matérias em discussão são interpretativas, além de envolverem discussões de matérias fático-probatórias, bem como não havendo posicionamento final dos Tribunais Superiores.
- Multa aduaneira no montante de R\$18.283 (R\$33.956 em 31 de dezembro de 2014) referentes aos Autos de Infração lavrados contra a Companhia por suposto descumprimento de normas aduaneiras referentes a processos de importação temporária de aeronaves. A classificação de risco possível decorre do fato de não haver posicionamento final dos Tribunais Superiores sobre a matéria.
- Ágio BSSF (BSSF Air Holdings), no montante de R\$45.292 (R\$43.246 em 31 de dezembro de 2014) decorrentes de Auto de Infração lavrado em função da dedutibilidade de ágio alocado como rentabilidade futura. A classificação de risco possível decorre do fato de não haver posicionamento final dos Tribunais Superiores.
- Ágio VRG no montante de R\$65.929 (R\$17.894 em 31 de dezembro de 2014) decorrentes de Auto

de Infração lavrado em função da dedutibilidade de ágio alocado como rentabilidade futura. A classificação de risco possível decorre do fato de não haver posicionamento final dos Tribunais Superiores.

- ICMS no montante de R\$20.384 decorrentes de Auto de Infração lavrado por suposta não declaração (ou declaração incompleta) dos valores relativos à receita de transporte aéreo ao fisco do Estado do Ceará no exercício de 2014.
- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI): supostamente incidente quando da importação de aeronaves no montante de R\$101.448.

Existem outros processos de natureza fiscal avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R\$58.151 (R\$27.538 em 31 de dezembro de 2014) que somados com os processos acima totalizam o montante de R\$364.078 em 31 de dezembro de 2015 (R\$176.854 em 31 de dezembro de 2014).

## 23. Patrimônio líquido

### 23.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2015, o valor do capital social era de R\$3.080.110, representado por 5.238.421.108 ações, sendo 5.035.037.140 ações ordinárias e 203.383.968 ações preferenciais. Em 23 de março de 2015, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o desdobramento das ações ordinárias na proporção de 1 para 35 ações, sem alterações na proporção da composição acionária. O Fundo de Investimento em Participações Volluto é o acionista controlador da Companhia com participações igualitárias de Constantino de Oliveira Júnior, Henrique Constantino, Joaquim Constantino Neto e Ricardo Constantino.

A composição acionária é como segue:

	2015			2014		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Fundo Volluto	100,00%	33,88%	61,28%	100,00%	21,16%	61,22%
Delta Airlines, Inc.	-	16,19%	9,48%	-	5,96%	2,93%
Fidelity Investments	-	-	-	-	5,05%	2,48%
Ações em tesouraria	-	0,75%	0,44%	-	1,50%	0,74%
Outros	-	1,05%	0,61%	-	1,33%	0,65%
Mercado	-	48,13%	28,19%	-	65,00%	31,98%
	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

O capital social autorizado em 31 de dezembro de 2015 era de R\$4,0 bilhões. Dentro do limite autorizado, a Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária, mediante a emissão de ações, sem guardar proporção entre as diferentes espécies de ações. Nos termos da Lei, nos casos de aumento de capital dentro do limite autorizado, o Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

Em 3 de fevereiro de 2015, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital social no montante total de R\$89 em razão da subscrição de 7.000 ações preferenciais por meio do exercício de plano de ações.

Em 4 de setembro de 2015, o Conselho de Administração deliberou o aumento do capital no montante de R\$461.273, mediante a emissão de 64.065.611 ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal no valor de R\$7,20 por ação em favor dos acionistas Delta Airlines e Fundo Volluto, cujo custo de emissão totalizou R\$5.009.

### 23.2. Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado após reservas conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações (6.404/76).

### 23.3. Ações em tesouraria

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia transferiu 557.106 ações restritas aos beneficiários do plano, que corresponde ao montante de R\$8.658 (62.850 ações restritas no montante de R\$759 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014), sendo que o montante de R\$4.505 corresponde à apuração da diferença entre o valor médio das ações em tesouraria e o valor justo das despesas apropriadas.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía 1.526.769 ações em tesouraria, totalizando R\$22.699 com valor de mercado de R\$3.847 (2.083.875 ações em tesouraria, totalizando R\$31.357 em ações com valor de mercado de R\$31.633 em 31 de dezembro de 2014).

### 23.4. Remuneração baseada em ações

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo da reserva de remuneração baseada em ações era de R\$103.126 (R\$93.763 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia registrou uma despesa no montante atribuível aos acionistas controladores de R\$13.516 e R\$836 aos acionistas não controladores no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (R\$9.084 atribuível aos acionistas controladores e R\$1.254 aos acionistas não controladores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014).

### 23.5. Ajustes de avaliação patrimonial

A marcação a valor justo dos instrumentos financeiros designados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", líquido dos efeitos tributários. O saldo em 31 de dezembro de 2015 corresponde a uma perda, líquida de impostos, de R\$178.939 (perda líquida de R\$138.713 em 31 de dezembro de 2014) conforme nota explicativa nº29.

### 23.6. Custos com emissão de ações

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de custo com emissão de ações era de R\$41.895 na controladora e R\$155.223 no consolidado (R\$36.886 na controladora e R\$150.214 no consolidado em 31 de dezembro de 2014).

## 24. Receita de vendas

	2015	2014
Transporte de passageiros	8.954.034	9.432.810
Transporte de cargas	318.573	332.464
Receita de milhas	421.348	191.719
Outras receitas (*)	690.044	695.549
<b>Receita bruta</b>	<b>10.383.999</b>	10.652.542
Impostos incidentes	(605.992)	(586.328)
<b>Receita líquida</b>	<b>9.778.007</b>	10.066.214

(\*) Do montante total, R\$449.263 é composto por receitas de taxas de não comparecimento de passageiros, remarcação e cancelamento de passagens (R\$463.043 em 31 de dezembro de 2014).



As receitas são líquidas de impostos federais, estaduais e municipais, os quais são recolhidos e transferidos para as entidades governamentais apropriadas.

A receita por localidade geográfica é como segue:

	2015	%	2014	%
Doméstico	8.670.023	88,7	8.871.325	88,1
Internacional	1.107.984	11,3	1.194.889	11,9
<b>Receita líquida</b>	<b>9.778.007</b>	<b>100,0</b>	<b>10.066.214</b>	<b>100,0</b>

## 25. Custos dos serviços prestados, despesas comerciais e administrativas

### 25.1. Controladora

	2015	%	2014	%
Pessoal (a)	(4.974)	(46,7)	(6.104)	(10,3)
Prestação de serviços	(9.496)	(89,2)	(4.867)	(8,2)
Transações de <i>sale-leaseback</i> (b)	25.695	241,3	72.295	122,0
Outras despesas	(574)	(5,4)	(2.075)	(3,5)
	<b>10.651</b>	<b>100,0</b>	<b>59.249</b>	<b>100,0</b>

## 25.2. Consolidado

2015						
	Custos dos serviços prestados	Despesas comerciais	Despesas administrativas	Outras receitas operacionais	Total	%
Pessoal (a)	(1.287.222)	(58.487)	(234.822)	-	(1.580.531)	15,9
Combustíveis e lubrificantes	(3.301.368)	-	-	-	(3.301.368)	33,2
Arrendamento de aeronaves	(1.106.583)	-	-	6.497	(1.100.086)	11,1
Seguro de aeronaves	(29.791)	-	-	-	(29.791)	0,3
Material de manutenção e reparo	(603.925)	-	-	-	(603.925)	6,1
Prestação de serviços	(439.029)	(301.115)	(279.689)	-	(1.019.833)	10,2
Comerciais e publicidade	-	(617.403)	-	-	(617.403)	6,2
Tarifas de pouso e decolagem	(681.378)	-	-	-	(681.378)	6,8
Depreciação e amortização	(359.889)	-	(59.802)	-	(419.691)	4,2
Transações de <i>sale-leaseback</i> (b)	-	-	-	19.198	19.198	(0,2)
Outras, líquidas (c)	(451.172)	(64.036)	(107.827)	-	(623.035)	6,2
	<b>(8.260.357)</b>	<b>(1.041.041)</b>	<b>(682.140)</b>	<b>25.695</b>	<b>(9.957.843)</b>	<b>100,0</b>

  

2014						
	Custos dos serviços prestados	Despesas comerciais	Despesas administrativas	Outras receitas operacionais	Total	%
Pessoal (a)	(1.164.048)	(43.089)	(166.959)	-	(1.374.096)	14,4
Combustíveis e lubrificantes	(3.842.276)	-	-	-	(3.842.276)	40,2
Arrendamento de aeronaves	(844.571)	-	-	-	(844.571)	8,8
Seguro de aeronaves	(22.411)	-	-	-	(22.411)	0,2
Material de manutenção e reparo	(511.042)	-	(3)	-	(511.045)	5,3
Prestação de serviços	(362.361)	(127.382)	(257.704)	-	(747.447)	7,8
Comerciais e publicidade	-	(666.319)	(1.053)	-	(667.372)	7,0
Tarifas de pouso e decolagem	(613.153)	-	-	-	(613.153)	6,4
Depreciação e amortização	(397.812)	-	(65.484)	-	(463.296)	4,8
Transações de <i>sale-leaseback</i> (b)	-	-	-	72.295	72.295	(0,8)
Outras, líquidas (c)	(389.528)	(40.350)	(115.532)	-	(545.410)	5,9
	<b>(8.147.202)</b>	<b>(877.140)</b>	<b>(606.735)</b>	<b>72.295</b>	<b>(9.558.782)</b>	<b>100,0</b>

(a) A Companhia reconhece as despesas com o Comitê de Auditoria e Conselho de Administração na rubrica de "Pessoal".

(b) O montante de R\$19.198 (R\$72.925 em 31 de dezembro de 2014) é composto pelos ganhos reconhecidos integralmente referente a 6 de aeronaves durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (9 aeronaves no exercício findo em 31 de dezembro de 2014).

(c) Inclui custos incorridos na prestação de serviço de transporte aéreo, tais como despesas de hospedagem, voos interrompidos, entre outros custos e despesas.

## 26. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
<b>Receitas financeiras</b>				
Ganhos com instrumentos derivativos	-	-	174.693	225.481
Ganhos com aplicações financeiras e fundos de investimentos	6.837	6.100	178.147	148.639
Variações monetárias	2.503	2.236	14.531	22.423
(-) Impostos sobre receitas financeiras (a)	(1.853)	-	(47.588)	-
Outros	18.725	3.933	12.784	11.173
	<b>26.212</b>	<b>12.269</b>	<b>332.567</b>	<b>407.716</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Perdas com instrumentos derivativos	-	(15.901)	(124.536)	(684.712)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(274.197)	(177.723)	(885.947)	(592.443)
Comissões e despesas bancárias	(9.080)	(2.579)	(60.760)	(28.006)
Variações monetárias	-	-	(3.921)	(3.606)
Outros	(7.805)	(62.979)	(253.727)	(120.364)
	<b>(291.082)</b>	<b>(259.182)</b>	<b>(1.328.891)</b>	<b>(1.429.131)</b>
<b>Variação cambial, líquida (b)</b>	<b>(813.782)</b>	<b>(162.321)</b>	<b>(2.266.999)</b>	<b>(436.207)</b>
<b>Total</b>	<b>(1.078.652)</b>	<b>(409.234)</b>	<b>(3.263.323)</b>	<b>(1.457.622)</b>

(a) Relativo ao PIS e COFINS incidentes sobre receitas financeiras auferidas, de acordo com o Decreto nº8.426 de 1º de abril de 2015.

(b) Do montante total, R\$469.574 corresponde às transações na Venezuela, convertidas pela taxa SIMADI de BS 200/US\$.

## 27. Informações por segmento

Os segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais se podem obter receitas e incorrer despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelos tomadores de decisão para avaliação de desempenho e alocação dos recursos aos segmentos. A Companhia possui dois segmentos operacionais: segmento de transporte aéreo e o de programa de fidelidade.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas àquelas aplicadas às demonstrações financeiras consolidadas. Adicionalmente, a Companhia apresenta naturezas distintas entre os dois segmentos reportados. Sendo assim, não há custos e receitas comuns entre os segmentos operacionais reportados.

A Companhia possui maioria acionária na controlada Smiles, sendo que a participação de não controladores era de 45,9% e 45,7% em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, respectivamente.

As informações a seguir apresentam a posição financeira sumariada relacionada aos segmentos reportáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

## 27.1. Ativos e passivos dos segmentos operacionais

2015					
	Transporte aéreo	Programa de fidelidade	Combinação dos segmentos operacionais	Eliminações	Total consolidado
<b>Ativo</b>					
Circulante	1.717.370	1.447.318	3.164.688	(703.122)	2.461.566
Não circulante	7.850.454	217.950	8.068.404	(161.573)	7.906.831
<b>Total do ativo</b>	<b>9.567.824</b>	<b>1.665.268</b>	<b>11.233.092</b>	<b>(864.695)</b>	<b>10.368.397</b>
<b>Passivo</b>					
Circulante	5.325.604	954.746	6.280.350	(738.342)	5.542.008
Não circulante	8.788.682	222.582	9.011.264	137.565	9.148.829
Patrimônio líquido	(4.546.462)	487.940	(4.058.522)	(263.918)	(4.322.440)
<b>Total do passivo e patrimônio líquido negativo</b>	<b>9.567.824</b>	<b>1.665.268</b>	<b>11.233.092</b>	<b>(864.695)</b>	<b>10.368.397</b>
2014					
	Transporte aéreo	Programa de fidelidade	Combinação dos segmentos operacionais	Eliminações	Total consolidado
<b>Ativo</b>					
Circulante	2.783.212	734.355	3.517.567	(531.369)	2.986.198
Não circulante	7.061.616	832.848	7.894.464	(904.015)	6.990.449
<b>Total dos ativos</b>	<b>9.844.828</b>	<b>1.567.203</b>	<b>11.412.031</b>	<b>(1.435.384)</b>	<b>9.976.647</b>
<b>Passivo</b>					
Circulante	3.992.760	708.292	4.701.052	(488.406)	4.212.646
Não circulante	6.370.455	452.874	6.823.329	(726.354)	6.096.975
Patrimônio líquido	(518.387)	406.037	(112.350)	(220.624)	(332.974)
<b>Total do passivo e patrimônio líquido negativo</b>	<b>9.844.828</b>	<b>1.567.203</b>	<b>11.412.031</b>	<b>(1.435.384)</b>	<b>9.976.647</b>

## 27.2. Receitas e os resultados dos segmentos operacionais

	2015				
	Transporte aéreo	Programa de fidelidade	Combinação dos segmentos operacionais	Eliminações	Total consolidado
<b>Receita líquida</b>					
Transporte de passageiros (a)	8.294.463	-	<b>8.294.463</b>	288.925	<b>8.583.388</b>
Transporte de cargas e outras (a)	941.928	47.199	<b>989.127</b>	(19.198)	<b>969.929</b>
Receita com resgate de milhas (a)	-	1.172.322	<b>1.172.322</b>	(947.632)	<b>224.690</b>
Custo dos serviços prestados (b)	(8.260.355)	(676.506)	<b>(8.936.861)</b>	676.504	<b>(8.260.357)</b>
<b>Lucro bruto</b>	<b>976.036</b>	<b>543.015</b>	<b>1.519.051</b>	<b>(1.401)</b>	<b>1.517.650</b>
<b>Despesas operacionais</b>					
Despesas comerciais	(884.773)	(87.207)	<b>(971.980)</b>	(69.061)	<b>(1.041.041)</b>
Despesas administrativas	(677.961)	(39.953)	<b>(717.914)</b>	35.774	<b>(682.140)</b>
Outras receitas operacionais, líquidas	25.695	-	<b>25.695</b>	(0)	<b>25.695</b>
	<b>(1.537.039)</b>	<b>(127.160)</b>	<b>(1.664.199)</b>	<b>(33.287)</b>	<b>(1.697.486)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	179.377	(5.932)	<b>173.445</b>	(177.386)	<b>(3.941)</b>
<b>Resultado financeiro</b>					
Receitas financeiras	287.058	156.042	<b>443.100</b>	(110.533)	<b>332.567</b>
Despesas financeiras	(1.424.321)	(15.104)	<b>(1.439.425)</b>	110.534	<b>(1.328.891)</b>
Variação cambial, líquida	(2.264.750)	(2.248)	<b>(2.266.998)</b>	(1)	<b>(2.266.999)</b>
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(3.783.639)</b>	<b>548.613</b>	<b>(3.235.026)</b>	<b>(212.074)</b>	<b>(3.447.100)</b>
Imposto de renda e contribuição social	(677.244)	(178.691)	<b>(855.935)</b>	11.795	<b>(844.140)</b>
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>(4.460.883)</b>	<b>369.922</b>	<b>(4.090.961)</b>	<b>(200.279)</b>	<b>(4.291.240)</b>
Resultado atribuído aos acionistas controladores	(4.460.883)	200.279	(4.260.604)	(200.279)	<b>(4.460.883)</b>
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	-	169.643	169.643	-	<b>169.643</b>

	2014				
	Transporte aéreo	Programa de fidelidade	Combinação dos segmentos operacionais	Eliminações e ajustes de prática contábil	Total consolidado
<b>Receita líquida</b>					
Transporte de passageiros (a)	8.848.749	-	8.848.749	197.082	9.045.831
Transporte de cargas e outras (a)	939.829	-	939.829	(18.341)	921.488
Receita com resgate de milhas (a)	-	808.058	808.058	(709.163)	98.895
Custo dos serviços prestados (b)	(8.147.202)	(430.949)	(8.578.151)	430.949	(8.147.202)
<b>Lucro bruto</b>	1.641.376	377.109	2.018.485	(99.473)	1.919.012
<b>Despesas operacionais</b>					
Despesas comerciais	(898.635)	(65.062)	(963.697)	86.557	(877.140)
Despesas administrativas	(570.924)	(35.138)	(606.062)	(673)	(606.735)
Outras receitas operacionais, líquidas	72.295	366	72.661	(366)	72.295
	(1.397.264)	(99.834)	(1.497.098)	85.518	(1.411.580)
Resultado de equivalência patrimonial	1.302	(3.791)	(2.489)	(1)	(2.490)
<b>Resultado financeiro</b>					
Receitas financeiras	377.166	177.414	554.580	(146.864)	407.716
Despesas financeiras	(1.543.963)	(32.032)	(1.575.995)	146.864	(1.429.131)
Variação cambial, líquida	(433.832)	(2.375)	(436.207)	-	(436.207)
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social</b>	(1.355.215)	416.491	(938.724)	(13.956)	(952.680)
Imposto de renda e contribuição social	(36.796)	(132.551)	(169.347)	4.746	(164.601)
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	(1.392.011)	283.940	(1.108.071)	(9.210)	(1.117.281)
<b>Resultado atribuído aos acionistas controladores</b>	(1.392.011)	155.052	(1.236.959)	(9.210)	(1.246.169)
<b>Resultado atribuído aos acionistas não controladores</b>	-	128.888	128.888	-	128.888

(a) As eliminações das respectivas operações correspondem integralmente às transações entre VRG e Smiles.

(b) Inclui encargos de com depreciação e amortização no total de R\$419.691 em 2015 alocados para os seguintes segmentos: R\$416.856 para transporte aéreo e R\$2.835 para programa de fidelidade Smiles (R\$460.072 e R\$3.224 respectivamente em 2014).

Nas demonstrações financeiras individuais da controlada Smiles, que constitui o segmento de Programa de Fidelidade, e nas informações fornecidas aos principais tomadores de decisões operacionais, o reconhecimento da receita acontece no momento do resgate das milhas pelos participantes. Sob a perspectiva desse segmento, esse tratamento é adequado, pois é o momento em que o ciclo de reconhecimento de receita se completa, uma vez que a Smiles transfere para a VRG a obrigação de prestar os serviços ou entregar os produtos aos seus clientes.

No entanto, sob a perspectiva consolidada, o ciclo de reconhecimento de receitas com relação à troca de milhas do programa de fidelidade por passagens aéreas da Companhia apenas se completa quando os passageiros são efetivamente transportados. Portanto, para fins de conciliação com os ativos, passivos e resultados consolidados, assim como para fins de equivalência patrimonial e de consolidação, além das eliminações, foi realizado um ajuste de transações não realizadas nas receitas provenientes do Programa Smiles. Nesse caso, sob a perspectiva do consolidado, as milhas que foram utilizadas para resgatar passagens aéreas apenas são reconhecidas como receitas quando os passageiros são transportados, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia.

## 28. Compromissos

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui 124 pedidos firmes junto a Boeing para aquisição de aeronaves. Estes compromissos de compra de aeronaves incluem estimativas para aumentos contratuais

dos preços durante a fase de construção. O montante aproximado dos pedidos firmes, não considerando os descontos contratuais, é de R\$58.886.473 (correspondendo a US\$15.080.534 na data do balanço) e estão segregados conforme os exercícios abaixo:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
2015	-	1.323.818
2016	<b>1.337.753</b>	1.385.110
2017	-	2.132.740
2018	<b>2.141.509</b>	1.456.740
2019	<b>3.495.921</b>	4.465.348
2020 em diante	<b>51.911.290</b>	28.678.089
	<b>58.886.473</b>	39.441.845

Em 31 de dezembro de 2015, dos compromissos mencionados acima, a Companhia deverá desembolsar o montante de R\$7.380.493 (correspondendo a US\$1.890.108 na data do balanço) a título de adiantamentos para aquisição de aeronaves, conforme os exercícios abaixo:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
2015	-	289.945
2016	<b>6.672</b>	154.216
2017	<b>343.657</b>	267.898
2018	<b>579.313</b>	651.124
2019	<b>789.479</b>	694.958
2020 em diante	<b>5.661.372</b>	3.234.741
	<b>7.380.493</b>	5.292.882

A parcela financiada mediante empréstimos de longo prazo com garantia das aeronaves pelo U.S. Ex-Im Bank corresponde a aproximadamente 85% do custo total das aeronaves. Demais agentes financiam as aquisições com percentuais iguais ou acima deste chegando até 100%.

A Companhia vem efetuando os pagamentos relativos às aquisições de aeronaves utilizando recursos próprios, de empréstimos, do caixa gerado nas operações, linhas de créditos de curto e médio prazo e de financiamento do fornecedor.

A Companhia arrenda toda sua frota de aeronaves por meio de uma combinação de arrendamentos mercantis operacionais e financeiros. Em 31 de dezembro de 2015, a frota total era composta de 144 aeronaves, dentre as quais 98 eram arrendamentos mercantis operacionais e 46 foram registrados como arrendamentos mercantis financeiros. A Companhia possui 40 aeronaves sob arrendamento financeiro que possuem opção de compra. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia recebeu 9 aeronaves e efetuou a devolução de 6 aeronaves com contrato de arrendamento operacional.

### 28.1. Arrendamentos mercantis operacionais

Os pagamentos futuros dos contratos de arrendamento mercantil operacionais não canceláveis e denominados em dólar e estão demonstradas como segue:

	2015	2014
2015	-	785.052
2016	1.270.284	697.744
2017	1.127.820	632.899
2018	1.001.212	539.329
2019	904.590	482.752
2020 em diante	3.445.126	1.657.034
<b>Total de pagamentos mínimos de arrendamento</b>	<b>7.749.032</b>	<b>4.794.810</b>

### 28.2. Transações com sale-leaseback

A Companhia, durante os anos de 2006 a 2009, apurou ganhos e perdas com transações de *sale-leaseback* realizadas por meio de sua controlada GAC de aeronaves 737-800 *Next Generation*. Tais ganhos e perdas foram diferidos e são amortizados proporcionalmente aos pagamentos dos arrendamentos pelo prazo contratual de 120 meses. Os valores registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 estão a seguir:

	Despesas antecipadas				Outras obrigações			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Perdas diferidas (*)	8.171	8.280	10.075	18.245	-	-	-	-
Ganhos diferidos (**)	-	-	-	-	1.334	1.783	-	1.337

(\*) Referem-se a 11 aeronaves de transações realizadas de 2006 a 2009.

(\*\*) Referem-se a 2 aeronaves de transações realizadas em 2006.

Adicionalmente, a Companhia apurou um ganho líquido de R\$32.191 decorrente de 6 aeronaves recebidas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (ganho de R\$81.224 relativo a 9 aeronaves em 31 de dezembro de 2014) de transações de *sale-leaseback* que resultaram em arrendamentos operacionais. Tendo em vista que os ganhos e as perdas não serão compensados com pagamentos futuros do contrato de arrendamento e foram negociados de acordo com o valor justo das aeronaves, tais ganhos foram reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

## 29. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

As atividades operacionais expõem a Companhia e suas controladas aos riscos financeiros de mercado (preço do combustível, taxa de câmbio e taxa de juros), de crédito e de liquidez. Tais riscos podem ser mitigados através da utilização de derivativos do tipo *swaps*, contratos futuros e opções, no mercado de petróleo, dólar e juros.

A gestão dos instrumentos financeiros é efetuada pelo Comitê de Riscos em consonância com as Políticas de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Comitê de Políticas de Riscos ("CPR") e submetidas ao Conselho de Administração. O CPR estabelece as diretrizes, limites e acompanha os controles, incluindo os modelos matemáticos adotados para o monitoramento contínuo das exposições e possíveis impactos financeiros, além de coibir a exploração de operações de natureza especulativa com instrumentos financeiros.

A Companhia não contrata instrumentos de proteção para a totalidade da exposição de riscos, estando, portanto, sujeita às variações de mercado para uma parcela significativa de seus ativos e passivos



expostos. As decisões sobre a parcela a ser protegida consideram os riscos financeiros e os custos de tal proteção e são determinadas e revisadas no mínimo trimestralmente, em consonância com as estratégias do CPR. Os resultados auferidos das operações e a aplicação dos controles para o gerenciamento de riscos fazem parte do monitoramento feito pelo Comitê e têm sido satisfatório aos objetivos propostos.

As classificações contábeis dos instrumentos financeiros consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 estão identificadas a seguir:

	Mensurados a valor justo por meio do resultado		Mensurados ao custo amortizado (c)	
	2015	2014	2015	2014
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	<b>737.343</b>	1.796.605	<b>334.989</b>	102.168
Aplicações financeiras (a)	<b>227.628</b>	287.148	<b>264.092</b>	9.676
Caixa restrito	<b>735.404</b>	273.247	<b>59.324</b>	58.303
Direitos com operações de derivativos	<b>1.766</b>	18.846	-	-
Contas a receber	-	-	<b>462.620</b>	352.284
Depósitos (b)	-	-	<b>690.826</b>	526.822
Outros créditos	-	-	<b>59.069</b>	65.120
	-	-	-	-
<b>Passivos</b>				
Empréstimos e financiamentos	-	-	<b>9.304.926</b>	6.235.239
Fornecedores	-	-	<b>900.682</b>	686.151
Obrigações com operações de derivativos	<b>141.443</b>	85.366	-	-

(a) A Companhia gerencia parte de suas aplicações financeiras como mantidas para negociação, a fim de suprir necessidades de caixa de curtíssimo prazo.

(b) Excluem-se os depósitos judiciais, demonstrados na nota explicativa nº10.

(c) Itens classificados como custo amortizado por se tratarem de créditos, obrigações ou emissões de dívida com instituições privadas onde, em eventuais liquidações antecipadas, não há modificações substanciais em relação aos valores registrados, exceto pelos montantes referentes ao Bônus Perpetuo e Sênior Notes, conforme divulgado na nota explicativa nº17. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis em razão dos curtos prazos dos vencimentos destes ativos e passivos.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possuía ativos financeiros disponíveis para venda.

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia foram registrados nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

	Combustível	Moeda estrangeira	Taxa de juros	Total
Ativo (passivo) em 31 de dezembro de 2014 (*)	19	15.134	(81.673)	(66.520)
<b>Variações no valor justo:</b>				
Ganhos reconhecidos em resultado (A)	492	102.696	72	103.260
Perdas reconhecidas em outros resultados abrangentes	(30.712)	-	(96.489)	(127.201)
Pagamentos durante o exercício	30.201	(116.064)	36.647	(49.216)
<b>Ativo (passivo) em 31 de dezembro de 2015 (*)</b>	<b>-</b>	<b>1.766</b>	<b>(141.443)</b>	<b>(139.677)</b>

  

	Combustível	Moeda estrangeira	Taxa de juros	Total
<b>Movimentação de outros resultados abrangentes</b>				
Saldo em 31 de dezembro de 2014	168	-	(138.881)	(138.713)
Ajustes de valor justo durante o período	(30.712)	-	(96.489)	(127.201)
Reversões líquidas para o resultado (B)	30.456	-	35.797	66.253
Efeito fiscal	88	-	20.631	20.719
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(178.942)</b>	<b>(178.942)</b>

  

<b>Efeitos no resultado (A+B)</b>	<b>(29.964)</b>	<b>102.696</b>	<b>(35.725)</b>	<b>37.007</b>
-----------------------------------	-----------------	----------------	-----------------	---------------

  

<b>Reconhecidos em resultado operacional</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(13.150)</b>	<b>(13.150)</b>
<b>Reconhecidos em resultado financeiro</b>	<b>(29.964)</b>	<b>102.696</b>	<b>(22.575)</b>	<b>50.157</b>

(\*) Classificado como "Direitos com operações de derivativos" caso o saldo seja ativo ou como "Obrigação com operações de derivativos" caso o saldo seja um passivo.

A Companhia pode adotar *hedge accounting* como prática de contabilização dos derivativos que são contratados para proteção de fluxo de caixa e que se qualificam para tal classificação de acordo com o CPC38 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia adota como *hedge* de fluxo de caixa a taxa de juros, e os derivativos de câmbio e combustível como *hedge* econômico. Os hedges de fluxo de caixa estão programado para realização e consequente reclassificação para despesa de acordo com os períodos a seguir:

	2016	2017	2018	2019	2020	2020 em diante
<b>Expectativa de realização</b>	<b>(10.632)</b>	<b>(10.607)</b>	<b>(10.379)</b>	<b>(10.664)</b>	<b>(9.872)</b>	<b>(126.784)</b>

A Companhia detém depósitos de margem de hedge em garantia para as operações de derivativos conforme nota explicativa nº 5.

## a) Riscos de mercado

### i. Combustível

O preço do combustível de aeronaves varia em função da volatilidade do preço do petróleo cru e de seus derivados. Para mitigar as perdas atreladas às variações de mercado do combustível, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos referenciados principalmente a petróleo cru (WTI e *Brent*) e, eventualmente, aos seus derivados (*Heating Oil*). Também são contratadas junto ao fornecedor local entregas futuras de combustível a preços pré-determinados. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia reconheceu uma perda com operações de *hedges* de combustível no valor de R\$29.964 (R\$370.196 em 2014).

### ii. Câmbio

O risco de câmbio decorre da possibilidade de variação cambial desfavorável às quais o passivo ou o fluxo de caixa da Companhia estão expostos. A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos em dólar norte-americano. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia reconheceu um ganho com *hedges* de câmbio no valor de R\$102.969 (perda de R\$24.722 em 2014).

A exposição patrimonial ao câmbio está sumarizada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
<b>Ativo</b>				
Caixa, aplicações financeiras e caixa restrito	565.184	457.902	971.986	954.227
Contas a receber	-	-	57.104	35.095
Depósitos	-	-	690.827	526.822
Despesa antecipada com arrendamentos	-	-	-	44.093
Resultado com operações de <i>hedge</i>	-	-	1.766	18.846
Outros	36	-	4.202	9.572
Total do ativo	565.220	457.902	1.725.885	1.588.655
<b>Passivo</b>				
Fornecedores estrangeiros	34	-	113.280	69.733
Empréstimos e financiamentos	4.366.380	2.154.828	5.033.900	2.445.291
Arrendamentos financeiros a pagar	-	-	2.994.094	2.224.679
Outros arrendamentos mercantis a pagar	-	-	179.030	56.837
Provisão para devolução de aeronaves e motores	-	-	725.176	361.651
Provisão para processos judiciais	-	-	-	227
Obrigações com empresas relacionadas	27.237	151.408	-	-
Total do passivo	4.393.651	2.306.236	9.045.480	5.158.418
Exposição cambial em R\$	3.828.431	1.848.334	7.319.595	3.569.763
<b>Compromissos não registrados no balanço</b>				
Obrigações futuras decorrentes de contratos de arrendamento operacional	-	-	7.749.032	4.794.810
Obrigações futuras decorrentes de pedidos firmes para compra de aeronaves	58.886.473	39.441.845	58.886.473	39.441.845
Total	58.886.473	39.441.845	66.635.505	44.236.655
Total da exposição cambial R\$	62.714.904	41.290.179	73.955.100	47.806.418
Total da exposição cambial US\$	16.060.977	15.544.831	18.939.536	17.998.049
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	3,9048	2,6562	3,9048	2,6562

### iii. Taxa de juros

A Companhia está exposta a operações futuras de arrendamento mercantil, cujas parcelas a serem pagas estão expostas à variação da taxa Libor até o recebimento da aeronave. Para mitigar tais riscos, a Companhia detém instrumentos financeiros derivativos do tipo *swap* de taxa de juros Libor. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia reconheceu uma perda total com operações de *hedges* de juros no valor de R\$35.725 (R\$61.505 em 2014).

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas possuem contratos de derivativos de juros Libor designados como *hedge accounting*.

### b) Riscos de crédito

O risco de crédito é inerente às atividades operacionais e financeiras da Companhia, principalmente

presente nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber, sendo o último composto por valores a vencer de operadoras de cartões de crédito, agências de viagens, vendas parceladas e entidades governamentais, o que deixa a Companhia exposta a uma pequena parcela do risco de crédito de pessoas físicas e demais entidades. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são monitorados frequentemente pela Companhia.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados em mercado de balcão (OTC), junto a contrapartes com rating mínimo de *investment grade*, ou em bolsa de valores de mercadorias e futuros (BM&FBOVESPA e NYMEX), o que mitiga substancialmente o risco de crédito. Os ativos financeiros são realizados com contrapartes que possuem *rating* mínimo de *investment grade* na avaliação feita pelas agências S&P ou Moody's. A Companhia tem como obrigação avaliar os riscos das contrapartes em instrumentos financeiros e diversificar a exposição periodicamente.

### c) Riscos de liquidez

A Companhia está exposta ao risco de liquidez de duas formas distintas: (i) risco de liquidez de mercado, que varia de acordo com os tipos de ativos e mercados em que os ativos são negociados, e (ii) liquidez do fluxo de caixa, relacionado com o surgimento de dificuldades para cumprir com as obrigações operacionais contratadas nas datas previstas. Há incertezas acerca da solvência da Companhia, e as medidas para mitigação destas encontram-se apresentadas na nota explicativa nº1.1. A fim de atendimento da gestão de risco de liquidez, a Companhia aplica seus recursos em ativos líquidos (títulos públicos federais, CDBs e fundos de investimento com liquidez diária) e a Política de Gestão de Caixa estabelece que o prazo médio ponderado da dívida deva ser maior que o prazo médio ponderado do portfolio de investimento.

O cronograma de vencimento dos passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2015 é como segue:

	Imediato	Menos de 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	148.488	188.176	1.059.959	3.110.282	4.798.021	9.304.926
Fornecedores	460.235	336.889	103.558	-	-	900.682
Obrigações trabalhistas	96.037	89.710	64.888	-	-	250.635
Obrigações fiscais	-	118.957	-	39.054	-	158.011
Taxas e tarifas aeroportuárias	-	313.656	-	-	-	313.656
Obrigações com operações de derivativos	-	141.443	-	-	-	141.443
Provisões	-	33.710	172.998	220.754	442.811	870.273
Outras obrigações	48.145	107.227	67.402	48.483	22.827	294.084
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>752.905</b>	<b>1.329.768</b>	<b>1.468.805</b>	<b>3.418.573</b>	<b>5.263.659</b>	<b>12.233.710</b>

### d) Gerenciamento de capital

A Companhia busca alternativas de capital com o objetivo de satisfazer as suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura de capital que leve em consideração parâmetros adequados para os custos financeiros e os prazos de vencimento das captações e suas garantias. A Companhia acompanha seu grau de alavancagem financeira, o qual corresponde a dívida líquida, incluindo empréstimos de curto e longo prazo, dividida pelo capital total.

A tabela a seguir demonstra a taxa de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

Consolidado	
2015	2014

Total dos empréstimos e financiamentos	<b>9.304.926</b>	6.235.239
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<b>(1.072.332)</b>	(1.898.773)
(-) Aplicações financeiras	<b>(491.720)</b>	(296.824)
(-) Caixa restrito	<b>(735.404)</b>	(331.550)
A - Dívida líquida	<b>7.005.470</b>	3.708.092
B - Total do patrimônio líquido	<b>(4.322.440)</b>	(332.974)
C = (A + B) – Capital total	<b>2.683.030</b>	3.375.118

A Companhia permanece comprometida a manter a liquidez elevada e um perfil de amortização sem pressão de refinanciamento no curto prazo.

#### **e) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros**

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros foi elaborada nos termos da Instrução CVM nº 475/08, com o objetivo de estimar o impacto no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia, considerando três cenários na variável de risco considerada: cenário mais provável, na avaliação da Companhia (sendo este o de manutenção dos níveis de mercado); deterioração de 25% (cenário adverso possível) na variável de risco; deterioração de 50% (cenário adverso remoto).

As estimativas apresentadas não refletem necessariamente os montantes apuráveis nas próximas demonstrações financeiras. O uso de metodologias diferentes pode ter um efeito material sobre as estimativas apresentadas.

Os quadros a seguir demonstram a análise de sensibilidade sobre a exposição cambial, posição de derivativos em aberto e as taxas de juros em 31 de dezembro de 2015 para os riscos de mercado considerados relevantes pela Administração da Companhia. Os valores apresentados positivos são exposições ativas (ativos maiores do que passivos) e valores expostos negativos são exposições passivas (passivos maiores do que ativos).

##### **i. Controladora**

###### **Fator de risco câmbio**

Em 31 de dezembro de 2015, a Controladora possui uma exposição cambial passiva líquida de R\$3.828.431. Nesta mesma data, a Companhia adotou a taxa de câmbio de R\$3,9048 /US\$, correspondente à taxa de fechamento do mês divulgada pelo Banco Central do Brasil como cenário provável, e os cenários conforme demonstrado a seguir:

Instrumento	Risco	Valores expostos	Cenário adverso possível +25%	Cenário adverso remoto +50%
Passivo, líquido	Valorização do dólar	(3.828.431)	(957.108)*	(1.914.216)*
	Dólar		4,8810	5,8572

(\*) Valores negativos correspondem a perdas líquidas esperadas em caso de variação do dólar.

### Consolidado

#### i) *Fator de risco combustível*

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia não possuía derivativos contratados para a proteção do risco de preço do combustível.

#### ii) *Fator de risco câmbio*

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia detém contratos de derivativo de dólar no valor nominal de US\$52.750 com vencimentos até fevereiro de 2016, e uma exposição cambial passiva líquida de R\$7.319.432. Nesta mesma data, a Companhia adotou a taxa de câmbio de R\$3,9048 /US\$, correspondente à taxa de fechamento do mês divulgada pelo Banco Central do Brasil como cenário provável, e os cenários conforme demonstrado a seguir:

Instrumento	Valores expostos (*)	-50% R\$1,9524/USD	-25% R\$2,9286/USD	+25% R\$4,8810/USD	+50% R\$5,8572USD
Passivo, líquido	(7.319.432)	1.463.886	2.439.811	(1.463.886)**	(2.439.811)**
Derivativo	1.766	(353)**	(589)**	353	589
	(7.317.666)	1.463.533	2.439.222	(1.463.533)**	(2.439.222)**

(\*) A Companhia entende que os valores dos passivos expostos ao dólar americano em 31 de dezembro de 2015 correspondem ao cenário provável.

(\*\*) Valores negativos correspondem a perdas líquidas esperadas em caso de variação do dólar.

#### iii) *Fator de risco juros*

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia detém aplicações e dívidas financeiras com diversos tipos de taxas e posição em derivativos de juros *Libor*. Na análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos, foi considerado o impacto nos juros anuais apenas sobre as posições com valores significativos em 31 de dezembro de 2015 (vide nota explicativa nº18) e expostos às oscilações nas taxas de juros, conforme os cenários demonstrados a seguir:

Instrumento	Risco	Valores expostos	Cenário adverso possível 25%	Cenário adverso remoto 50%
Dívidas financeiras líquidas de aplicações financeiras (*)	Aumento da taxa CDI	(21.106)	(16.420)	(32.839)
Derivativo	Queda da taxa Libor	(141.443)	(51.577)	(103.353)

(\*) Refere-se à soma dos valores aplicados e captados no mercado financeiro e indexados à taxa CDI, valor negativo significa captação maior do que aplicação.

### Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Visando atender as exigências de divulgação dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo, a Companhia e suas controladas devem fazer o agrupamento desses instrumentos nos níveis 1 a 3 com

base no grau observável do valor justo:

- Nível 1: Mensurações de valor justo são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: Mensurações de valor justo são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3: Mensurações de valor justo são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem para ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

A tabela abaixo demonstra um resumo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas mensurados a valor justo com suas respectivas classificações dos métodos de valoração, em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

	2015		2014	
	Valor contábil	Outros fatores observáveis significativos (Nível 2)	Valor contábil	Outros fatores observáveis significativos (Nível 2)
Caixa e equivalentes de caixa	737.343	737.343	334.989	334.989
Aplicações financeiras	227.628	227.628	264.092	264.092
Caixa restrito	735.404	735.404	59.324	59.324
Direitos com operações de derivativos	1.766	1.766	18.846	18.846
Obrigações com operações de derivativos	(141.443)	(141.443)	(85.366)	(85.366)

### 30. Transações que não afetaram o caixa

#### Consolidado

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia aumentou o seu imobilizado no montante de R\$512.752, sendo R\$259.673 (R\$69.484 em 31 de dezembro de 2014) referente ao incremento de provisão para devolução de aeronaves, R\$107.592 referente a financiamento pela modalidade FINIMP e R\$145.487 referente a aquisição de uma aeronave sob a modalidade de leasing financeiro.

### 31. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2015, a cobertura de seguros, por natureza, considerando-se a frota de aeronaves e em relação aos valores máximos indenizáveis denominados em Dólares norte-americanos, é como segue:

Modalidade aeronáutica	Em Reais	Em dólares
Garantia - casco/guerra	17.336.109	4.439.692
Responsabilidade civil por ocorrência/aeronave (*)	2.928.600	750.000
Estoques (local) (*)	546.672	140.000

(\*) Valores por ocorrência e no agregado anual.

Por meio da Lei nº 10.744, de 09 de outubro de 2003, o governo brasileiro assume eventuais despesas de responsabilidades civis perante terceiros, provocadas por atos de guerra ou atentados terroristas, ocorridos no Brasil ou no exterior, limitada a equivalente em Reais do valor global de US\$1.000.000.000 a partir de 10 de setembro de 2001, pelos quais a VRG possa vir a ser exigida.

### 32. Eventos subsequentes

- a) Em 26 de fevereiro de 2016, a Administração da controlada Smiles recomendou a distribuição de dividendos adicionais com base no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015. A deliberação para o pagamento do montante total de R\$269.574 será submetido à aprovação da Assembleia Geral Ordinária, prevista para 19 de abril de 2016.
- b) Em 26 de fevereiro de 2016, a controlada Smiles aprovou a celebração do Contrato de Compra e Venda Antecipada de Passagens Aéreas e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Direitos sobre Contas e Outras Avenças, que preveem a aquisição, pela Smiles, de créditos para utilização futura na aquisição de passagens aéreas de emissão da VRG, no montante de até um bilhão de Reais, sujeito a determinados termos e condições. Em contrapartida à aquisição de créditos para a compra de passagens aéreas, a Smiles deverá pagar à VRG, inicialmente, o valor de R\$376.000 na data de fechamento da operação.